

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO - PT

04/12/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****04/12/2013**

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 102ª Audiência Pública, 04 de dezembro de 2013, Auditório Paulo Kobayashi.

Está instalada a 102ª Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 04 de dezembro de 2013, no Auditório Paulo Kobayashi, para a oitava de depoimentos sobre os casos de Edson Neves Quaresma, Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa, Zoé Lucas de Brito Filho e Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as audiências abertas ao público.

Na constituição da Mesa, à minha esquerda, aqui o irmão do Zoé Lucas, o Júlio Zoé de Brito; na outra ponta, o Edvaldo Valdir de Medeiros; aqui ao meu lado, o pesquisador e proponente desta Sessão, Roberto Monte. Amelinha Teles, membro da Comissão e organizadora desta Audiência. Finalmente, o Milton Ramalho, na outra ponta, ao lado da Amelinha Teles.

O Roberto Monte nos trouxe essa publicação, que chama “Subversão no Rio Grande do Norte”, “Coleção - Repressão no Rio Grande do Norte”, Relatórios e inquéritos realizados por José Domingos da Silva, Carlos Moura de Moraes Veras a pedido, lá no Nordeste eles gostam de “mando”, a mando do Governador Aluizio Alves. Pensei que fosse “a pedido”, mas é importantíssimo este documento trazido pela família do Zoé e trata da Comissão criada através do Ato Institucional n.º 1, de 23 de abril de 1964, a mando do Governador Aluizio Alves, única criada por um Governo Estadual, que regulamenta - através de um decreto - a Comissão dita de alto nível que importou policiais-repressores e constituiu uma comissão de investigação denominada “Relatório Geral”.

Então, um trabalho importantíssimo de pesquisa que os companheiros estão trazendo aqui.

E aqui também eu destaco, para efeito de registro, este trabalho chamado “Repressão no Rio Grande do Norte”.

Então, eu vou passar a palavra ao Kobayashi para fazer o testemunhal de Zoé Lucas de Brito Filho.

O SR. RICARDO KOBAYASHI – Bom dia a todos e todas! Eu passo a leitura agora do memorial de Zoé Lucas de Brito Filho.

Zoé Lucas de Brito Filho, assassinado em 28 de junho 1972, filho de Zoé Lucas de Brito e Maria Celeste de Brito. Nasceu em 17 de agosto de 1944, em São João do Sabugi – Rio Grande do Norte. Era militante da Ação Libertadora Nacional – ALN.

Fez o curso primário no Grupo Escolar Senador José Bernardo em São João do Sabugi, cidade em que morou até 1958.

Em 1959, mudou-se para Caicó, Rio Grande do Norte, onde concluiu o curso ginásial no Ginásio Diocesano Seridoense.

Em 1962, Zoé completou o segundo grau, atual Ensino Médio, na cidade de Recife, em Pernambuco, ingressando posteriormente no curso de Geografia na Universidade Federal de Pernambuco. Nesta época, participou do movimento estudantil na capital pernambucana.

Inicialmente, foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR; e a partir de dezembro de 1969, da Ação Libertadora Nacional, condição na qual foi preso em 31 de março de 1970.

Permaneceu detido durante sete meses, percorrendo diversas prisões, segundo a Companhia de Guarda Forte de Cinco Pontas e Casa de Detenção do Recife.

Antes de ser preso, Zoé era professor de Geografia, exercendo a profissão em escola particular.

Depois de libertado, ficou alguns meses em Recife, mas diante do cerco das ameaças policiais viajou para São Paulo. Nesta cidade, passou a trabalhar como corretor de imóveis.

Seu corpo foi encontrado dilacerado sobre os trilhos da Estação de Trem do Ipiranga, em São Paulo, em 28 de junho de 1972.

As circunstâncias de sua morte continuam obscuras.

A testemunha que comunicou ao seu irmão o falecimento de Zoé não se identificou.

Atualmente seus familiares buscam elementos de prova com o objetivo de obter o reconhecimento da responsabilidade da União pelo assassinato de Zoé Lucas de Brito Filho. Essas informações foram fornecidas pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Alagoas.

Seu nome não constava do dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 e nenhum requerimento sobre o seu caso foi encaminhado para a apreciação da CEMDP.

Os dados aqui apresentados foram tirados do “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil – 1964 a 1985”, do IEVE, 2009.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Agora vai passar a síntese.
O vídeo-síntese (cinco minutos)

* * *

É feita a apresentação do vídeo-síntese

* * *

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Viu, Simone? Alguém já passa para a Simone para ver se ela pode digitalizar e por para passar na TV Assembleia, por favor.

Então, Roberto Monte, com a palavra para dizer como você imagina a organização desta Audiência, como que a gente deve dividir os tempos. Os familiares e os amigos que estão aqui hoje nos ajudem a coordenar esta Audiência. Fale com este microfone sem fio que você tem mais mobilidade.

O SR. ROBERTO MONTE – Bom dia a todos! Deputado Adriano Diogo, companheira Amelinha, Júlio, todos os companheiros aqui presentes. Eu estou aqui, não só representando o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, Deputado Diogo, mas também o Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Rio Grande do Norte.

Você sabe que boa parte do que está sendo levantado aí, o Brasil é muito grande e a Comissão é pequena para o tamanho... Então, a gente está fazendo exatamente... Eu vou tentar ser um pouco sintético. Eu acho o seguinte: de todo esse material que a gente está trazendo eu acho que o caso mais emblemático vai ser o de Zoé e eu vou querer logo só fazer o contexto e passar diretamente para Júlio, mas só gostaria de fazer a seguinte colocação: dos 164 casos que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva *aborda*, cerca de sete são do Estado do Rio Grande do Norte.

Como a gente vai falar na sequência, o de Zoé é um desses sete. E desses sete, dois não fazem parte da relação dos mortos e desaparecidos políticos reconhecidos pelo governo brasileiro. Exatamente o caso de Zoé e o caso de Gerardo Magela.

Por coincidência, os dois, juntamente com Hiram Pereira, a gente está falando de três pessoas que fazem parte de uma mesma região do Estado do Rio Grande do Norte. Se a gente considerar que temos 500, entre mortos e desaparecidos políticos, e cerca de 5 mil e tantos no município é uma quantidade grande para uma cidade e para uma região. Mas eu só gostaria de colocar o seguinte, que desde cerca de dois anos e meio atrás, nós começamos a fazer um levantamento de todo esse material. Valendo salientar que desde a época do Governo de Luiza Erundina nós tivemos o prazer de conviver com a companheira Amelinha.

Para você ter uma ideia, eu estava mostrando para a Amelinha agora que alguns rabiscos que eu fiz na casa dela era o material que eu tinha sobre Zoé. Negócio de 20 anos atrás e muita coisa acabou rolando. Quer dizer, na verdade, independente de nomes, nós temos que ter no país inteiro toda uma rede de militantes que estão trabalhando. Independente de nome ou da coisa que seja. Então, nós fizemos isso e paralelamente a gente abriu logo uma página na internet. Porque está tentando trabalhar esta questão tanto o nosso Comitê de “Abrindo Comissões” e também suprindo de informação e chegando às escolas, etc, etc. Então, nós fizemos uma *home page* e que o caso Zoé cresceu em função disso.

Primeiramente, a gente recebeu – cerca de seis meses atrás – um e-mail de uma pessoa daqui de São Paulo, morador de Sapopemba, de nome Guilherme *ininteligível* que alegava ter convivido com Zoé. Ele não era militante, mas depois que começaram a ouvir as histórias do pessoal aqui, a própria família achou por bem não ter um contato direto – porque naquela época a coisa era barra pesada. Então, ele não sabia nem onde o Zoé morava. Essa outra pessoa que eles não conhecem, mas fecham um pouco esse tipo de lógica, morou exatamente três meses com o Zoé e ele traz uma informação, que acho que depois que a gente fizer esse levantamento, que acho que é um dado novo se se confirmar. O que ele coloca de novidade, além de ter morado e convivido com o Zoé, e ele não era militante, essa pessoa, esse Guilherme que vale salientar que todas as vezes que entrou em contato conosco sempre mostrou muita receptividade, ele coloca – digamos – que ele juntamente com uma outra pessoa – fez o reconhecimento do corpo. Você vai ver de alguma maneira a família teve informações acerca de Zoé antes, inclusive o pessoal vai fazer aqui um depoimento de conversas que tiveram com o Zoé na noite anterior à sua morte.

Então, tem o caso do Guilherme, que eu já passei para a Comissão, para Amelinha, tudinho, que hoje ele não pôde estar aqui por uma questão funcional, negócio do carro, um negócio assim, mas ele... Acho que poderá dar esse dado novo. Então, Guilherme entrou em contato com a gente quando viu a *home page* de Zoé, dizendo assim: "os dados de Zoé estão errados". Logo depois, a gente fica colocando muitas fotos, muito negócio. Há uns dois, três meses eu coloquei uma foto que eu tinha recebido de Luciano *ininteligível*, lá do Rio Grande do Norte. É uma foto que aparecia *ininteligível*, aquele povo todinho na Casa de Detenção, e apareceu uma foto de Zoé, em 1970, preso. O engraçado é que todo mundo só tem a foto de Zoé, que é aquela ali deve

ter 13, 14 anos de idade, com detalhes que quando nós fomos – cerca de dois meses atrás na cidade de São João do Sabugi – nós recebemos de Edgar Assis de Medeiros uma foto de Zoé meses antes de ser assassinado que está também no cd.

Então, quer dizer, isso é praticamente, Diogo, é quase um trabalho de arqueologia, mas isso vai se fazendo. Então, em termos gerais, eu acho que o grande lance que a gente pode fazer aqui é ouvir Júlio. Júlio vai dar esse encaminhamento. Da família tem o Edgar Assis de Almeida, de Medeiros, que é mais ou menos o mais velho, que morava aqui, que era da Força Pública e de alguma maneira era um pouco... As coisas do interior, todo mundo era muito amigo, mas aqui acabou sendo uma espécie de um elo de proteção. Eu acho que o pessoal vai colocar isso... Bem legal.

Então, Edgar não está aqui, mas a filmagem que nós fizemos, cerca de quase duas... Aposentado. Depõe. Ele fala mais de uma hora na gravação lá. Então, a gravação é o seguinte: a gente foi lá primeiro, isso o pessoal...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E esse rapaz de Sapopemba?

O SR. ROBERTO MONTE – É outro. É outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ele se propõe a depor?

O SR. ROBERTO MONTE – Se propõe a depor.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Só não veio por problemas operacionais?

O SR. ROBERTO MONTE – Exatamente. Então, nós fomos para São João do Sabugi porque, o próprio Júlio pode colocar, também foi um pouco de desabafo. Quer dizer, o pessoal era uma história que não se falava há muito tempo e começou a se falar. Então, o primeiro vídeo que tem cerca de 50 minutos era muito mais aquele momento... Você deixa a pessoa falar e logo depois, além de Júlio tinha João Batista que era um outro irmão. E começa dar o contexto. Tem cerca de quatro vídeos lá, que a gente fez um pequeno vídeo de cinco minutos que fosse. Muito mais que está no material que passei para vocês.

Então, eu acho que em termos gerais, eu acho que o importante agora vai ser ouvir as pessoas porque eu acho que a gente pode... Os elementos que a gente está levantando pode colocar exatamente o Zoé Lucas de Brito Filho como mais um morto pela repressão de 1964. Acho que têm esses elementos que a gente pode chegar a isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu não gosto de atrapalhar os depoimentos familiares, mas hoje pela manhã, o radialista lá em São Carlos, um município aqui no interior do Estado de São Paulo, me perguntou quais eram os casos de hoje e eu falei do Zoé. E falei que era da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. A pessoa ligou para redação da rádio e falou “Não. O Zoé não era de São Paulo, não. Era de Sabugi. Meu amigo” (Risos)

O SR. ROBERTO MONTE – Vamos ouvir Júlio. Acho que a partir daí temos elementos novos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Com a palavra o irmão do Zoé, Júlio Zoé de Brito. Muito obrigado por vocês terem vindo aqui. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Minhas palavras iniciais são de agradecimento.

Em nome da família, ao Deputado Adriano, que tem empenhado essa bandeira; a Roberto, que foi um elo fundamental. Eu estive na casa de Roberto, conversando umas duas horas. É impressionante a energia que ele e a esposa colocam o tempo todo nesta questão dos direitos humanos, na questão do resgate da verdade. E foi a partir de uma ferramenta moderna, que é a internet, um amigo compartilhou uma fotografia que colocou de presos políticos que estavam presos em Recife, que tinha pessoas de Rio Grande do Norte, e eu identifiquei o meu irmão, identifiquei Zoé Lucas de Brito Filho fiz contato com ele, para agradecer. Fato. E a partir daí ele se interessou para que a gente pudesse esclarecer isso.

É muito importante a gente...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ele mora onde?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Roberto Monte mora em Natal, no Rio Grande do Norte.

É muito importante a gente entender essa questão do laço familiar dos meus primos que estão aqui. Porque nós temos primos, primos da gente que são distantes, e temos primos que são próximos que são quase irmãos.

Nós nascemos na zona rural de São João do Sabugi, em duas fazendas vizinhas. Nossos pais eram extremamente amigos, eram compadres. Então, esses meus primos eram como se fossem nossos irmãos. E que na seca de 1958, a partir daquela seca vieram para cá, Edgar já estava vivendo aqui, eles conhecem esta história melhor do que eu, mas de fato para dizer que meu irmão morou um período na casa dele é como estivesse na casa dos pais dele. Nós temos... Eu vim para cá, não fui para um hotel não, tinha disputa para ir para casa de vários primos que são quase irmãos.

Agora, eles chegaram aqui e três deles eram militares. Dois militares bombeiros e Edgar era/chamava Guarda Civil. Esse é um militar curioso, ele tem orgulho de ter se aposentado sem nunca ter prendido ninguém.

Então... Aliás, eu vou contar esta história porque está sendo gravada: uma vez ele prendeu uma pessoa porque ele viu... Era uma pessoa que estava distribuindo panfletos contra a ditadura e ele deu voz de prisão com medo que outro camburão o encontrasse e o prendesse de verdade. Então, chamou, deu um dinheiro e disse “Vai embora porque a situação não está boa”. Ele disse que estava fazendo isso pelos meus irmãos, que podiam estar na mesma situação.

Então, viviam em uma solidariedade muito grande. E ele foi uma pessoa... Ele durante a gravação a gente não percebe. Ele estava muito emocionado porque ele disse que tinha um peso dentro dele. Ele foi uma pessoa que foi convidada a chegar à delegacia e criar uma história, porque meu irmão estava viajando de trem para uma outra cidade para vender títulos de investimento, que havia caído do trem, tinha tido esse acidente, para construir uma história que não representasse nenhum elemento.

De vez em quando, há muitos anos, ele dizia “Mas a gente não encontrava âncora”. Eu dizia, “De repente, a gente não tinha mais como resgatar a vida do nosso irmão”. Mas é assim, tem um dia que a gente desperta.

No momento em que eu vi que existia a vontade de esclarecer isso, eu digo “Não. Eu tenho que sair do meu nível de conforto, da minha família, das minhas atribuições e dar um testemunho de que meu irmão tem família, que a história dele precisa ser resgatada e vou fazer o possível para que isso possa acontecer.” Então, a minha gratidão a vocês, que tão longe, sem a gente se conhecer, conseguem trazer aqui, à tona, essa verdade.

Ele está sepultado aqui, no Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, na quadra 18, no terreno 439. Ontem mesmo eu liguei para lá, dia 03 de dezembro, e falei. Eles disseram que esta é uma área... Parece que houve um problema de lençol freático, não sepultaram mais ninguém, está preservada porque tivemos informação de Guilherme, que é fato que Guilherme morou com ele, mas é fato também que foram três meses apenas. É fato que faz 41 anos que aconteceu. Por exemplo, ele tem certeza de que meu irmão morreu no dia de domingo e foi no dia 28 de junho, numa quarta-feira.

Em algum momento ele diz que foi a pessoa que foi ver o corpo e que tinha um tiro na testa. A única coisa que se podia se ver do meu irmão era o rosto que o caixão tinha. Isso ficou claro para as pessoas que esse tiro não tinha, mas isso evidentemente

são questões menores. O que a gente tem que ter de concreto, eu acho que de forma muito didática isso, é de que esta história que está contada aqui, que está assinada por um legista chamado Sérgio Belmiro Acquesta em seu atestado de óbito de meu irmão. Essa é uma pessoa que assinou outros atestados de óbito de pessoas que foram vítimas da repressão.

Meu irmão foi informado de que estava sendo procurado, de que estava em risco e, por isso, tentou sair do país. E depois que a gente ouviu os depoimentos de Milton, que foi a última pessoa, amigo da família que esteve com ele até onze e meia da noite, na véspera de ele falecer. Depoimento de Edvaldo, que quase todos os dias almoçava com ele, que deu o testemunho de que até aquele dia, pelo menos até a hora do almoço, ele já havia comprado uma passagem na Empresa Cometa para ir para Curitiba para tentar fugir de lá. Certamente em função de saber que rodoviária é uma área muito vulnerável. Deve ter mudado de plano e fazer essa fuga de trem. O fato é que apareceu morto nessas circunstâncias que nós salientamos. E que foi colocada a possibilidade da família fazer o velório, mas com ordem expressa de que o caixão não podia ser aberto. E dois agentes passaram o dia todo lá sem cumprimentar ninguém, uma espécie de urubus que estavam fiscalizando aquilo que estava acontecendo.

Então, de fato, eu não podia deixar – de forma emocionada – de registrar a gratidão por este belo trabalho de vocês e dizer que eu fico feliz do passado do meu irmão, que teve coragem de colocar todos os riscos, toda a vida naquela energia da inquietude que as liberdades democráticas nos induziam. E ele de fato teve um preço muito duro de ter a sua vida destruída daquela forma e o que a gente deseja e sonha é que esta história seja contada a verdade como ela foi. E, portanto, acho que estamos no ambiente apropriado, adequado, queremos deixar registrado que eu, como representante da família, vou assinar autorização para que o atestado de óbito seja verdadeiro e que, de fato, a gente possa ter de registros na história do país que meu irmão foi mais um dos jovens que tiveram a sua vida lutando pelo fim da ditadura e graças à conquista nós estamos aqui hoje, falando pela internet, para registros dessa Casa, de mais uma história negra que passou por este país e que atingiu de forma tão dura, com tanto sofrimento. Só quem passou pode saber a dimensão do que isso aconteceu na nossa família.

De novo, muito obrigado a vocês. Adriano, estou muito feliz de estar aqui, contribuindo com todo este trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Júlio, deixa continuar, não precisa desligar. Quantos anos de diferença de idade você tinha do seu irmão? No começo, você disse que era importante até cerca de 1958 vocês viveram muito bem, próximos de seus primos.

Reconstitua, na nossa memória, eu sei que é um momento difícil, mas é lógico – já passou tanto tempo – uma coisa tão distante. Então, na biografia, porque aqui a gente puxa muito pelo depoimento da pessoa. Lógico que depois entra a biografia política, não sei se você tem acesso, talvez o Roberto tenha, que ele era do PCBR, depois ele vai para a ALN. Mas antes de a gente entrar nesta parte mais política, a parte da morte que é uma parte importante para a Comissão da Verdade, que investiga isso, fale um pouco da vida, da vida, da vida. Quantos irmãos vocês eram? Em que ambiente familiar em que ele nasceu? A sua família – embora seja lá do interior do Rio Grande do Norte – vocês são uma família diferente do comum, dos nordestinos, pelo menos dos nordestinos que migram aqui para São Paulo, com grandes dificuldades econômicas. E aquele outro seu irmão depondo, no vídeo, falando que ele era professor, já tinha vários alunos que estavam chegando à universidade, que seriam pesquisadores. Enfim, vocês têm uma outra organização familiar.

Então, reproduza para a gente... E eu até estava aqui, enquanto você estava falando, você sabe que tem muita gente aqui do Rio Grande do Norte. Até um grupo de jovens escreveu um livro, que está sendo editado, como na cidade deles a repressão bateu, como os pais deles foram perseguidos. Até me arrependi de não trazê-los aqui, mas independente disso, eu faço muita questão em achar esse rapaz de Sapopemba porque você não imagina a comunidade de gente do Rio Grande do Norte que tem aqui em Sapopemba, São Mateus, uma enorme diáspora, mas não vamos perder o foco.

Queria que você recompusesse seu pai, sua mãe, que ambiente que vocês... Como é que ele se politizou? Imagina, naquela época, entrar para uma organização armada. Esta história da foto do presídio, ainda não entendi direito. Ele tinha uma prisão anterior, não é? De 1970?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – É a mesma.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É a mesma. Porque aqui em São Paulo ele morre bem depois em... Então, faça toda essa cronologia.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Ok. Meus pais casaram. Meu pai é filho de agricultor. Nasceu na Fazenda Carneiro, em São João do Sabugi. E como era uma fazenda muito grande foi morar com minha mãe em uma parte dessa fazenda, chamada Riacho do Maracujá, no mesmo contexto onde também viviam meus tios Saga e tio Chico que são os pais dos meus primos que estão aqui.

Então, nós vivíamos em uma família numerosa. De 15 filhos, criaram-se 12 filhos. E Zoezinho nasceu em 1944. Ele, dos 12, é o terceiro... É o quarto, é o quarto filho. E nós vivíamos da agricultura, mas minha mãe era uma pessoa muito obstinada pela questão do estudo. E começou-se desde pequeno a estudar, vínhamos em... Nós morávamos a seis quilômetros da cidade e meus irmãos começaram a estudar indo de jumento, fazendo esse percurso em animal para poder fazer a escola primária.

Ele termina a escola primária. Só tinha em Caicó a escola particular. Foi estudar numa escola ligada à igreja, Colégio Diocesano Seridoense na cidade de Caicó, onde ele fez o curso ginásial.

Nessa aí, tem uma parte muito importante. Eu tenho um irmão mais velho, que ele era uma pessoa também aficionada por estudar e, me permita contar isso, porque tem muito a ver com a nossa história. Ele quando começou a estudar o quarto ano primário, os professores acharam que ele era inquieto demais, procuraram um médico da região, Dr. Zé Medeiros e ele falou “papai, tire o seu menino da escola, senão ele vai ficar doido”. Aí, meu pai tirou meu irmão e ele, quando completou 15 anos, foi para Natal e aos 16 pode conseguir... Entrou na Marinha porque era onde você passava a ter uma renda, jovem, era marinheiro. Lá ele começou a estudar sozinho. Fez um curso de Cabo. Passou em primeiro lugar no país, ganhou um prêmio muito bonito, um relógio que hoje é uma... Tenho um irmão que tem isso com muito orgulho. E ele contava que chegou a ser preso duas, três vezes porque os sargentos não queriam que ele estudasse. Podia ser que um dia ele fosse sargento e um dia ele passou no Concurso de Sargento da Marinha e quando ele recebeu o terceiro salário ele resolveu sair da Marinha e estudar. Mas aí ele

já era adulto, não tinha sequer o primário. Então, ele foi em uma escola “Não. Você faça uma prova aqui. Se você tirar notas eu lhe dou o certificado, que você tem o primário”. E ele fez e passou e estudando.

Naquela época tinha a possibilidade de você fazer, chamava-se Artigo 91, que correspondia ao ginásio. Ele três meses depois fez as provas e passou no curso ginásial. Tinha o Artigo 99, que correspondia ao segundo grau no Colégio Pedro II, e isto era vivendo no Rio de Janeiro. Ele havia saído da Marinha quando estava no Rio de Janeiro e continuou vivendo lá. E aí ele passou no Colégio Pedro II e fez o vestibular em Engenharia em três universidades e passou em todas as três.

Então em 14 meses ele era quase uma pessoa analfabeta e entrou na universidade. Esse foi o meu irmão mais inteligente. Eu tenho muito orgulho. E quando ele estava no segundo ano de Engenharia ele entrou na Cruzeiro do Sul, que era uma Companhia Área.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quantos anos de diferença ele tinha para você?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Esse meu irmão mais velho... Ele nasceu em 1938 e Zoé Lucas de Brito Filho é de 1944. Eu sou de 1953. Eu já sou o décimo... Se colocar os 15, eu sou o 13º filho. Nós tínhamos nove anos de diferença de idade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, volta ao seu irmão mais velho que entrou na Cruzeiro do Sul.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Isso. Entrou na Cruzeiro do Sul. Quando ele começou a trabalhar, ganhava bem. Nunca mais... Eu nunca me esqueci disso, ele foi lá em uma viagem específica para dizer ao meu pai e à minha mãe que a gente tinha que... Não bastava ficar com o curso ginásial, precisava-se estudar, recomendava que viéssemos para Recife porque, naquela época, era a terceira capital do Brasil. Nós

estamos falando dos anos 1960 e pouco e aí vieram quatro irmãs e Zoé para estudar em Recife, mais Geraldo, Fernanda – minha sobrinha – que é filha dele e está aqui. Obrigado, Fernanda. E passaram a formar um núcleo familiar. E ele, jovem, solteiro, todos os meses, mandava cinco salários mínimos para os meus irmãos se manterem e poderem estudar. Isso foi muito importante e foi aí que Zoé entrou na universidade.

Para ter ideia, dos 12 filhos, apenas dois não concluíram curso superior – foi Iva e Geraldo, mas todos estudaram. Na época, terminaram o segundo grau. Então, foi uma história que esse meu irmão era muito responsável.

Então, voltando agora para o caso do meu irmão. Ele terminou o curso superior na Universidade Federal de Pernambuco, cursou Geografia e ao terminar Geografia ele foi ensinar. E frequentemente eu tinha contato com ele. A gente tinha assim, apesar da diferença de idade, uma afeição muito grande e foi quando....

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, muito cedo ele já foi para Recife?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Muito cedo ele foi para Recife. Ele foi para Recife, eu não tenho certeza, mas acho que foi no ano de 1963, por aí. Ele havia concluído o ginásio em Caicó, em 1962, e acho que em 1963 ele foi para Recife. O fato é que eu me lembro de ele falando da questão da militância política. Falou da Aliança Libertadora Nacional, que estava fazendo parte de um grupo, e que evidentemente existia uma hierarquia. Ele ainda não estava na linha de frente desse grupo. Isso deve ter sido no ano de 1968/1969. Quando no ano de 1970, e a data é muito emblemática, foi no dia 31 de março, que fazia aniversário da tomada do poder pela ditadura militar, esse grupo foi preso. Acho até que foram presos antes. Ele foi preso no dia 31 de março porque um dos participantes do grupo, Luciano – que é até do Rio Grande do Norte – ele era muito amigo do meu irmão. Eu acho que ... Não sei se era aluno ou colega. E meu irmão foi fiador dele e a partir daí o pessoal identificou se era fiador era porque era muito próximo e identificou a participação política dele e ele foi preso.

A gente, eu acho que merece registro, é só um apêndice. Na minha cidade também tinha uma outra pessoa que é prima ainda, ainda um pouco mais distante, chamada Teresa Braga, não sei se tem Brito, que também foi atuante e chegou a ser muito atuante. É do São João do Sabugi também.

Então, não consta... Ele não citou do Seridó, Teresa Braga. Está viva ainda. Mas ela não tinha contato com meu irmão, mas de fato eu acho que lá no Seridó tinha algum DNA de lutas libertárias que não é uma coincidência de tantas pessoas de uma região tão pequena de ter tido uma participação tão ativa.

Então, apesar desses nove anos, e aí eu me lembro que foi muito próximo da Copa do Mundo de 1970, meu irmão foi preso, e vem toda a história de sofrimento.

Ele ficou 11 meses preso lá em Recife, eu cheguei a visitá-lo na Casa de Detenção. Aquela fotografia dos companheiros que estavam presos com ele. Um deles, Perly Cipriano, inclusive colocou uma mensagem muito bonita no Facebook sobre essa audiência que nós estamos fazendo. Teve Rholine Sonde Cavalcante. Eu lembro do nome de alguns, visitei algumas vezes, que eu estudava distante, a 200 quilômetros, mas vinha. Umás três vezes o visitei. E ele ficou 11 meses preso em Recife.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Foi visitá-lo no presídio?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – No presídio. Quando eu fui visitá-lo, porque eles passavam em diferentes presídios, mas... Depois, ficou na Casa de Detenção do Recife, que hoje, aquela fotografia da Casa de Detenção do Recife, hoje, como é em algumas, é um Centro Cultural que fica lá no centro do Recife. Então, aquela fotografia foi daí.

Naquele momento ele saiu não primeiro para São Paulo. Ele saiu primeiro para o Rio onde meu irmão mais velho já morava e foi lá no Rio que ele começou a trabalhar. Eu acho que em um banco de Juscelino Kubitschek chamado Denasa. Saiu da prisão, teve um *habeas corpus*, entendeu? Ficou 11 meses preso e foi trabalhar no Rio de Janeiro e aí foi que identificou-se que quando ele chegou a subgerente lá o aparelho repressor ligou para o banco e disse “Esse cara não pode ter este cargo. Ele é comunista.

Ele tem que ser demitido.” E ele foi demitido. E aí ele veio para São Paulo, onde tinha a âncora familiar aqui. E aqui em São Paulo começou a trabalhar, eu não lembro o tempo que ele passou em São Paulo. Acho que não foi um tempo muito grande. Ele de fato achou que seria estratégico não morar com os meus primos porque eram militares e acho que a partir de então como ele era alguém que tinha apenas um *habeas corpus* que não estava concluído, minha mãe naquele momento estava convalescendo de um câncer, ele quis preservar a vida. Quer dizer, a gente não tem vestígios de que ele teve militância política aqui em São Paulo.

Mas ele não estava na cadeia, mas nunca teve liberdade. Ele se sentia o tempo todo com o sentimento de que estava sendo perseguido, foi morar com uma pessoa que nós não conhecemos, que deve ser o Guilherme, o endereço o Edgar sabia onde era. O Edgar, nosso primo mais velho, que prestou depoimento bate exatamente, exatamente, Baixada do Glicério. E aí até a morte dele que já foram colocadas aqui por alguns depoimentos.

Então, de fato, esses são os registros que nós temos. Ele aqui trabalhava com uma moça, que era namorada dele, inclusive eu li que Guilherme inclusive diz que esta namorada depois apareceu grávida, mas nós não sabemos nem sequer o nome desta pessoa, não temos nenhum registro. É porque esta história é muito complicada. Às vezes, quando a gente é jovem pode ter até mais de uma namorada, mas a namorada que trabalhava com ele não era essa japonesa. Pelo menos foi o que eu pude ver. Era uma pessoa que ele tinha uma relação mais séria, tanto que ele confiou a Milton a missão, ele já temendo que ela tivesse algum desdobramento, que Milton telefonasse para comunicar que ele estava saindo do país.

Então, Milton, na manhã em que ele já estava morto, ligou para ela: “Olha, Zoé deixou comigo a chave do escritório...” Milton, não. Milton é esse companheiro, amigo da família, que foi a última pessoa que conversou das sete da noite até 11 e meia da noite com meu irmão. Foi a última pessoa da família que teve essa conversa com ele e a quem Zozinho, Zoé Lucas de Brito Filho confiou fazer esse contato com a namorada dele. Não. Aí nós não sabemos, não temos nenhuma informação porque... Milton era vizinho da casa dos meus primos e eram muito amigos. Tem a mesma idade que eu. Entendeu? Não. Aqui de São Paulo. Milton é daqui de São Paulo, não é primo exatamente, e era como se fosse alguém da família. E fiquei muito contente porque ele é

uma pessoa extremamente atarefada e matar o dia de hoje. Também saindo do conforto da família porque ele ficou indignado com esta história como foi contada e fiquei muito feliz. Queria também deixar registrado, Milton, o meu agradecimento ao seu desprendimento de estar colaborando com esta nobre causa de trazer a verdade à tona.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, eu vou passar para o Milton e aí a gente continua a história. Agora, esse Roberto Monte é impressionante. Vai ver que ele sabe mais da minha vida do que eu mesmo. (Risos). Milton Ramalho, muito obrigado pelo senhor ter vindo. Então, pode ficar à vontade para fazer o seu depoimento completo. Com a palavra.

O SR. MILTON RAMALHO – Eu me sinto um tanto quanto aliviado em poder estar aqui presente porque realmente é uma coisa que me incomodou muito.

Na época eu só tinha 19 anos, quer dizer, 41 já se passaram; o Zoé 27 anos; e realmente era, sei lá, me inspirava, a gente tinha conversas muito boas. Então, a forma como o Zoé desapareceu foi para mim bastante chocante.

Eu acho que tarde, mas eu acho que de uma forma digna, seguindo os caminhos que todos queremos para que seja elucidado na verdade as condições em que Zoé desapareceu.

Bom, como o Júlio já adiantou, eu fui a pessoa dos amigos das pessoas próximas o último que teve contato com o Zoé naquele dia, uma terça-feira, dia 27 de junho de 1972. Saía para a escola, naquele momento. Então, estava cursando o último ano do colegial e nós morávamos na zona norte de São Paulo, Vila Constança, Jaçanã, quase na divisa com Guarulhos, enfim.

E saía para a escola e encontrei Zoé. E Zoé, pra onde vai? “Tô saindo para escola. Ô, rapaz, vamos conversar um pouco. Tal.” E aquela conversa de..... As datas, eu tenho porque eu repassei agora, recentemente, algumas coisas, mas a conversa eu tenho como tivesse tido ontem com o Zoé, entendeu? Porque eu com os meus 19 *anos*, quer dizer, ... E essa conversa, é claro, só impregnou na memória da forma como impregnou, em função do que ocorreu naquela madrugada, acredito. 27, 27. Quer dizer,

eu tenho na verdade... Eu sou três dias mais novo do que o Júlio. Eu sou de 06 de março de 1953.

Bom, e a conversa com o Zoé girou, quer dizer, em torno de vários assuntos, e depois ela foi se afunilando. O que eu sentia, o que eu senti naquele momento do Zoé, foi aquela preocupação de ter que sair do país, fugir porque se sentia acuado, se sentia perseguido. “Olha, Zoé, escuta, você está tão bem. Você está trabalhando. Você está nesta empresa de investimento, tal.” “Não, mas Milton, a questão é que me sinto, sei lá, acuado. Eu não estou em condições de ficar aqui com tranquilidade”. E aí, dentre outras coisas, o Zoé me disse: “Olha, Milton, eu inclusive tenho aqui, olha...” E me deu o chaveiro, a chave da mesa do escritório dele. “Você está doido! Você vai me entregar a chave do...”. “Olha, eu vou sair sim, eu nem vou precisar mais dessa chave porque eu não vou voltar mais para o meu trabalho. Da forma como as coisas estão realmente eu não tenho condições de ficar aqui”. Ele trabalhava em uma empresa de investimentos chamada Denasa, no centro de São Paulo. Então, não sei, naquela época, qual era o nome, mas deveria ser um consultor de investimentos, aquela coisa de..., sei lá, a pessoa trabalhava com a venda de papéis, enfim.

E aí a preocupação que a gente via, que eu sentia com o Zoé, eu não entendia aquilo. A gente conversava de tudo, de montes de trivialidades, de garotas, aquela coisa. O Zoé 27, eu com 19, quer dizer, a diferença não era tão grande. “Zoé, não.” “Vou sair, vou sair. Vou te deixar as chaves do meu escritório e você vai me fazer um favor. Amanhã de manhã você liga para a minha namorada e diga que esteve comigo e que eu estou saindo do país, que vou procurar chegar à Bolívia, tem um caminho, uma rota de trem que a gente pode fazer e, assim que eu puder, eu vou voltar, quer dizer, torno o contato com ela para dizer exatamente como eu estou, sem problemas, tal.”

O que fica patente é alguém, naquele momento, estar procurando fugir de alguma coisa, quer dizer, perseguição política, enfim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ele já tinha passagem comprada?

O SR. MILTON RAMALHO – É... Olha, com relação à passagem comprada, eu não tinha... Ele não me disse nada. Eu me lembro que a conversa foi: “Olha, Milton, na verdade o meu interesse... Eu pretendo pegar um trem. Inclusive nem vou fazer o caminho que seria o caminho direto. A minha ideia era pegar um trem para pegar sentido Santos, depois retornar numa rota que passasse por São Paulo-Jundiaí, essa coisa que vai para Mato Grosso, enfim.” Esse era o objetivo dele: chegar à Bolívia. Mas você percebia que existia a preocupação de não dar uma direção, tipo... Talvez ele estivesse preocupado, “Olha, se alguém vier interrogar o Milton, olha, o Zoé foi para tal lugar.” Não, então, como se estivesse tentando criar, despistar, na verdade...

E voltando à questão da chave, era aquele desprendimento, ou seja, alguém que está saindo e não vai voltar. Alguém que veio de Recife, já estava há algum tempinho aqui em São Paulo, tinha um emprego, enfim, estava começando tentar consolidar a vida normal. De repente, “Olha, eu preciso ir embora, preciso fugir.” Não faz sentido. O que eu fiz: no dia seguinte, até me recomendou, ele falou: “Milton, você faça o seguinte, não ligue da empresa da qual você trabalha porque, sei lá, pode ter uma vigilância de sistema.” Hoje, grampo, que é muito comum.” Não sei se na época já era tão comum, em 1972. Então, perdão, e aí o que acontece, liguei na manhã tipo, sei lá, não me recordo direito, entre nove e dez horas da manhã, liguei para a namorada e expliquei: “Olha é assim, assim...” Estava falando como ele falou. Fui a um telefone público e expliquei: “Olha, aconteceu assim, assim, Zoé... Não fique preocupada. Então, logo que ele possa ele vai fazer contato, vai te dar retorno sem nenhum problema.” Realmente, é um detalhe que eu não lembro. É o que eu digo, a conversa é como se eu tivesse tido ontem.

A preocupação que depois me tomou, de uma certa forma, da qual eu fui tomado está em função de escutar aquela recomendação: “Você não ligue da empresa, ligue de um outro lugar.” Então, ficou um negócio meio estranho. Será que de repente eu posso estar envolvido ou me envolvendo em alguma outra coisa? E, não sei, aquilo foi uma preocupação. Mas realmente eu não me lembro, não me lembro do nome dela. Eu me lembro um pouco da fisionomia dela porque... Eu não a conhecia, liguei, falei e, mas a tarde, quando eu fiquei sabendo. Eu trabalhava relativamente perto de casa, eu vinha almoçar em casa, e quando eu cheguei em casa eu fiquei sabendo que o Zoé tinha falecido. Pô, eu estive com o Zoé até então. Não, eu fiquei sabendo quando voltei para casa para almoçar. Certo? Entendeu? Não sabia, não sabia. Quer dizer, eu estive com ele

até onze e meia,quinze para meia-noite do dia 27. No dia seguinte, 28, levantei para o meu trabalho. Entrei no horário normal, oito horas da manhã no meu trabalho. Uma empresa, aliás, era britânica. Passei 21 anos naquela empresa.

O que acontece. Saí como disse, entre nove e dez horas para fazer aquela ligação que ele pediu, falei com a namorada dele e só fui conhecer a namorada dele dentro no velório porque eu fui almoçar. “Como o Zoé? Como? Está na casa do Evê”. Everaldo é um primo dele, da minha faixa etária. Através desse primo, irmão do Edvaldo que eu me aproximei de Zoé. E falei: “Não é possível!” E aí teve até um pouco de uma confusão porque ela, a namorada, teria entendido que o próprio Zoé teria falado com ela. E foi quando eu me apresentei: “Olha, fui eu que falei com você. A chave, inclusive, está aqui a chave. Ele pediu para lhe entregar. Infelizmente, sei lá, ele está agora no caixão e a gente não pode fazer nada, mais nada.”

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Os caras foram lá na Zona Norte, na casa dele, matá-lo?

O SR. MILTON RAMALHO – Não, não, não! A conversa que eu tive com o Zoé foi lá na Zona Norte, na região perto da minha casa.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Mas onde ele foi morto?

O SR. MILTON RAMALHO – Não, não! Quando nos despedimos, como eu disse, entre onze e meia e quinze para meia-noite, ele pegou um ônibus e, segundo a informação, "vou pegar um trem para a Estação da Luz". Essa era a rota de fuga que ele tinha dito. Então, onde ele foi morto eu, realmente, não tenho a menor ideia. Essa questão com o acidente do trem, enfim...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – De manhã, quando você voltou, onde ele estava? Morto?

O SR. MILTON RAMALHO – Morto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Onde?

O SR. MILTON RAMALHO – Já estava no velório...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Na casa do primo?

O SR. MILTON RAMALHO – Na casa de Edgar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A repressão já trouxe ele de volta?

O SR. MILTON RAMALHO – Já tinha entregue o corpo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ah, então, o senhor se despediu dele à noite, foi embora, ele foi morto e o corpo já foi devolvido logo de manhã?

O SR. MILTON RAMALHO – Já foi... Tinha sido devolvido por...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O senhor viu?

O SR. MILTON RAMALHO – O corpo? Vi.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A repressão... Quem o matou devolveu já...

O SR. MILTON RAMALHO – Não. Veja. O corpo foi devolvido. Eu não posso dizer quem o matou.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Mas estava em formato de velório e...?

O SR. MILTON RAMALHO – Sim, em formato de velório. O caixão... Tinha recomendações de que não podia ser aberto. Era um caixão lacrado, desses que tem um vidro. Só pode ver o rosto da pessoa. Esse...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E ele estava sendo velado onde? Na casa do primo?

O SR. MILTON RAMALHO – Na casa dos tios. Isso. Na... Ângelo... Edgar.
(Falas da plateia)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Isso. Fala ao microfone. Só fala o seu primeiro nome.

O SR. EDVALDO VALDIR DE MEDEIROS – Ele... Edvaldo Valdir de Medeiros. Sou primo, então... Ele foi achado, não sei por quem. Foi para o necrotério, depois disso, foi reconhecido e liberado para vir para casa da minha mãe para o enterro com aquela condição que já foi dita. Ele vinha com o caixão lacrado e que não poderia ser aberto.

Quando o Milton, que morava na mesma rua que minha mãe, veio almoçar, aí viu a movimentação, foi lá em casa e já viu ele morto lá, aguardando o momento de ser enterrado.

Quer dizer, para casa da minha mãe, mas quem trouxe acho que foi o Gi... Um dos dois meus irmãos mais velhos: Egídio, Edgar ou.... Eles que foram ao IML, fizeram reconhecimento e receberam as condições de ele ser liberado para...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Ainda eu não consegui decorar porque é muita informação nova para um dia só. Eram três irmãos: um era da Guarda Civil e dois eram bombeiros... A casa de... Para quem voltou?

O SR. MILTON RAMALHO – Todos moravam na mesma casa.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Tem nove irmãos. Nós éramos em nove irmãos. Um sou eu...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O senhor era o bombeiro?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – É, mas nós éramos em 9. E todos moravam ali.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não era militar. Entendi. Eram nove irmãos.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Nove irmãos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – O corpo foi devolvido para família?

O SR. MILTON RAMALHO – Depois de toda a burocracia, todo o reconhecimento, toda a recomendação que foi feita, aí sim foi devolvido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E estava na legalidade? Estava com o documento real de...? O documento não era documento falso? Não era documento...? Eles sabiam exatamente quem ele realmente era? Onde morava? Tudo. Quem o prendeu e o matou sabia quem ele era, onde morava, sabia tudo?

O SR. MILTON RAMALHO – Com certeza. Ele já havia...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Estava legal, não é?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Queria pedir autorização para fazer...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Quando eu comentava da ALN, estava querendo saber se ele estava clandestino, se estava tudo legal.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Quería pedir autorização para trazer uma informação que não foi colocada. Bem rápido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não. Fala o tempo que você quiser. Só fala o primeiro nome.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – É Júlio Zoé de Brito, irmão de Zoé. É o seguinte: esse foi... É Edgar que está no depoimento. A primeira pessoa que recebeu a notícia da morte foi Manuel Basílio de Brito, meu irmão mais velho que morava no Rio. Quem ligou foi a polícia. A polícia ligou para dizer que ele havia sido encontrado morto, se não me engano nesta Estação Ferroviária, e aí “Manu” fez contato com... , não sei se Edgar, e não sei se foi Egídio – que é o outro irmão – que é bombeiro e que foi lá para fazer o reconhecimento. São detalhes, mas isso é um fato. O primeiro... É... O primeiro, a pessoa da família a saber da morte dele foi “Manu”, que morou com ele no Rio. Como os militares descobriram se era um papel que meu irmão andava no bolso, que eu duvido, se ele estava fugindo não queria deixar nenhuma pista ou se é porque ele já sabia de tudo, que meu irmão morou com “Manu” lá no Rio, sabia endereço, telefone, sabiam tudo. Pois é. E a partir foi o restante da história.

Eu queria só colocar isso porque foi a polícia que ligou para o meu irmão comunicando, “Manu”, Manuel Basílio de Brito, da morte do meu irmão. E foi a etapa seguinte, que teve que Edgar Assis de Medeiros, que era o irmão mais velho dos primos, a ir à delegacia construir uma história que configurasse que tivesse sido acidente de trem como condição para família poder fazer o velório. Isso tudo foi muito rápido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Por que deixa eu até dirimir uma dúvida, porque como você é muito preciso. Eu já aproveito de dirimir várias dúvidas. Uma dúvida que teria um tiro na testa e que você diz que pelo visor, alguém falou, tinha um tiro na testa. E você falou: Não, pelo visor ninguém vê tiro na testa

nenhum. Então, explica direito esta passagem que a família teve que concordar com a versão que foi construída. Explica tudo isso direito...

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Veja bem. Esta foi uma informação que para gente é nova, que foi trazida pela pessoa que morou com ele – Guilherme – que foi a pessoa que foi chamada para fazer o reconhecimento do corpo.

Para gente, é um fato completamente novo, que foi com outra pessoa e que existia sintoma de um tiro na testa. A família, que tinha no caixão um vidro que mostrava o rosto, não pode identificar. Quer dizer, todos que a gente comentou isso disseram "não, aparentemente, não aconteceu". Mas de fato nós não estamos aqui para desqualificar uma informação. O que a gente pode dizer é que não pode ser observado, até porque você está com um caixão que não pode abrir, dois elementos da repressão acompanhando tudo cria um grau de constrangimento que eu acho que o alívio passou quando a urna saiu para o cemitério em função daquele clima que foi estabelecido, mas eu queria exatamente... Porque eu acho que isso é uma coisa importante. Como é que a família soube? Foi meu irmão mais velho no Rio. A partir daí ele comunicou aos primos daqui que tinham essa relação mais próxima, que tomaram o restante das providências.

Exatamente. Então esse primo foi para a delegacia, teve que fazer o relato inventando uma história que ele tinha feito a viagem de trem para vender em outra cidade, que tinha havido um acidente... E isso está gravado por Edgar Assis de Medeiros, num depoimento que Roberto foi a São João do Sabugi, está gravado em vídeo estas informações.

Ele tem uma memória privilegiada, meus primos Edmundo, que está ali, e Edvaldo dizem que ele não pode morrer porque é a memória. Apesar de ser o mais velho, tem uma memória muito aguçada.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –Aquele mais velho que morava no Rio de Janeiro agora mora....

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Não. Esse primo morava aqui em São Paulo, só há muito pouco tempo, depois de 70 ele resolveu voltar para São João do Sabugi. Tem uma casa, está lá e fez essa contribuição, gravando esse depoimento em vídeo, a Roberto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, vamos ver o Edvaldo. Vamos ouvir o Edvaldo. Não? É Edvaldo. Conte um pouquinho da história, o que o senhor lembra, por favor.

O SR. EDVALDO VALDIR DE MEDEIROS – Bem, eu me sinto é... Eu estou me sentindo hoje bem aliviado em poder falar deste caso e em voz alta porque nós tivemos que ficar 41 anos é..., alguma coisa cochichando, e inclusive existia algumas informações entre nós mesmos que não sabíamos. Mas Zoezinho, como era chamado, era um ano mais velho que eu e nós fomos, como ele falou, criados na fazenda, na terra da agricultura, do meu avô. Depois ele foi para Caicó estudar e eu vim para São Paulo trabalhar.

Encontramos algumas vezes em Recife, eu estive lá e alguns encontros, mas passou a ser mais frequente quando ele veio aqui para São Paulo, fugindo de todo este problema, e que veio para casa da minha mãe, passou algum tempo, o mínimo possível até ele poder ficar num lugar que não comprometesse a gente e aí ele passou a trabalhar neste banco, Denasa. Era ali, parece-me que na Quintino Bocáiuva. É em uma rua ali, é uma travessa da Praça da Sé, por ali. Era naquela região. E eu trabalhava na rua Sete de Abril.

Então, quase todos os dias ou pelo menos duas vezes por semana a gente, na hora do almoço, se encontrava. Às vezes, almoçava junto. E tinha um estreitamento, uma amizade muito grande. E ele tinha as suas precauções, ele não saía à noite, ele era bem consciente do problema dele, embora ele achasse que já estava meio esquecido. Até que véspera, no mesmo dia, mesmo depoimento que o Milton deu, quer dizer – no dia 27 – ele foi à empresa em que eu trabalhava, às nove horas da manhã, que na noite anterior ele tinha tido uma informação de uma pessoa que, acho que era casada com alguém, ou da Polícia Federal ou Polícia Civil, não sei, uma pessoa que ela sabia da

vida dele e que ela recomendou: “Olha, você, fuja, porque você está a um passo de ser preso novamente.”

Então, quando foi no dia seguinte, ele veio nove horas da manhã, ele veio em casa apavoradíssimo, todo... E me contou a história e disse “Eu vou fugir! Eu prefiro morrer a ser preso novamente. Passar por tudo o que eu passei.” E eu falei “Como você vai fugir?” E ele disse “Eu tenho uns dólares que meu irmão”, esse que ele falou, “Manu”, pagou todo o estudo dele, ele era engenheiro da Companhia Elétrica lá em Florianópolis e mandou uns dólares para ele. Disse: “Eu tenho esses dólares e eu tenho um dinheiro num banco.” Que era até aqui na Martim Francisco, aqui, aqui onde era..., aqui no centro. Disse “Eu estou com medo de tirar esse dinheiro porque eu tenho medo de estar lá um ...” Sei lá, naquele tempo você tinha que fazer um cheque, “botar” lá, contabilizava e você pegava o dinheiro. E ele tinha medo de cair nesse horário, nessa hora. Mas quando foi por volta do almoço, ele voltou, ele falou: “Edvaldo, eu já consegui tirar o dinheiro. Está tudo certo. Eu já comprei...”

Eu vi a passagem dele. Uma passagem para Curitiba, na véspera da morte, que agora não sei o dia, quer dizer, foi no dia 28, então dia 27, às 22 horas. Ele disse: “Eu vou viajar, vou sair porque de lá é mais fácil de eu ir para outro país.” Então ficou. Eu continuei trabalhando. Quando foi mais tarde ele voltou lá na empresa perturbadíssimo, mas disse: “Olhe, está tudo certo.” Saiu, despediu, e eu fiquei trabalhando. E fiquei trabalhando até mais tarde porque eu quis ir para a rodoviária para assistir a saída dele para ver se não acontecia alguma coisa, mas ele – quando foi certa hora – foi para minha casa, lá no Jaçanã, que era bem próxima à casa do Milton e tocou a campainha lá. Minha esposa saiu, ela perguntou, e ele disse “estava trabalhando até mais tarde”. Disse “precisava tanto falar com ele hoje”. Pronto. Foi quando ele encontrou o Milton e ficou até mais tarde. Quer dizer, para mim, eu nunca tinha conversado com o Milton, como eu falei, hoje eu estou falando em voz alta, mas a gente falava em voz baixa, sobre essa conversa dele. Eu nem sabia que ele tinha ficado conversando. O que eu pensava é que ele tinha saído ali da minha casa e ali naquele ônibus ia até ali a Estação da Luz, que era a rodoviária era na Estação da Luz. Eu achava que ele tinha sido pego ali naquele trecho. Então, eu fiquei na rodoviária até às 22 horas. Como ele não embarcou, o ônibus saiu, eu vim para casa e quando foi no outro dia, a surpresa.

Então, eu estive... Foi eu e o Milton que estivemos com ele na véspera da morte. Repito. Ele estava apavoradíssimo! “Preso eu não vou ser mais de jeito nenhum!” E ainda me falou: “Quando eu estiver fora, que eu estiver em uma condição mais ou menos, eu aviso onde eu estou.” Mas foi impressionante. Eu fico muito contente, hoje, 41 anos depois, agora eu tenho certeza de que eu posso falar e perante vocês eu quero agradecer essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Roberto, e o rapaz de Sapopemba ele conhecia o Zoé, o rapaz de Sapopemba? Então, eu vou dar a palavra para vocês. Então, esse testemunho é importante. Espera eu já vou dar. Eu queria pedir, quem está aqui da Assessoria? Vivian, desculpe falar pelo microfone, pede para o pessoal do gabinete achar os meninos da Sabesp lá do Rio Grande do Norte. O César, o Paulo, que eles tinham contato com o pessoal lá do Rio Grande do Norte. Não, porque eu quero aproveitar que eles estão aqui tudo hoje para ver se eles juntam as histórias. Por que tem alguma coisa a ver as histórias, mas depois a gente volta. Como a gente.... Depois do almoço. Tá bom, tá bom. É... E depois tem que achar esse rapaz de Sapopemba. Como todos vocês vão embora, eu queria que a gente desse continuidade. Você podia falar mais um pouco, Roberto?

O SR. ROBERTO MONTE – Eu acho que talvez seja, na verdade, eu vou tentar ser um facilitador dessa história porque eu acho que é interessante, Júlio, você falar digamos, do “Manu”, que é o seu irmão, o mais velho, aquele que fez com que todos estudassem, com detalhe de que “Manu” morreu há alguns anos.

Então, é interessante saber o seguinte que, na verdade, a gente está falando, é quase que um clã. Quer dizer, a gente está falando de um “veio” familiar que vem do interior do Rio Grande do Norte. Que tudo que é atípico acaba virando lógico, um momento que tenha essa questão, dependendo do compadrio, é quase uma irmandade.

Então, quer dizer, o detalhe que também acho interessante você colocar é, Júlio, porque você falou o seguinte: apareceu, ele ficou no desespero para sair, em algum momento parece que vai para Bolívia, o outro vai para tal negócio, mas existe um dado

interessante é que o “Manu” antes tinha dado, ele já sabia, ele teve a resposta sim, tipo assim, "vão pegar", mas ele já estava preparado antes porque têm dólares no meio....

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Já que você e a Amelinha que são mais da política, da técnica... Como é que uma pessoa que tinha sido presa, que voltou a um emprego regular no Rio de Janeiro, foi demitido por algum tipo de denúncia anônima, então, vem para São Paulo, estava completamente desconectado da organização, estava legal, com documento legal, aí chega uma pessoa da repressão e fala “Toma cuidado que vão te pegar de novo, você vai para repescagem”; como vocês fazem essa interpretação? Ou... Têm duas possibilidades. Ou ninguém sabia, ele estava em contato, estava procurando um contato com a organização e foi pego, ou foi uma repescagem mesmo. Como vocês fazem essa leitura para gente...? Porque os familiares não têm condições de fazer essa leitura. Só vocês. Qual... Tem alguma coisa ou essa história do irmão mais velho é isso que você está tentando falar por causa dos dólares, porque para mim a história não faz sentido porque aparentemente ele voltou para a vida legal. Então, vocês podiam fazer essa cunha, esse caco para depois a gente voltar para a história familiar. Tudo bem, por favor?

O SR. ROBERTO MONTE – Por que, na verdade, é o seguinte. A gente não pode se ater à questão, digamos, da informação... "Tome cuidado, que vão lhe pegar". Porque pela informação que a gente tem, que Júlio passou, é que tempos antes o próprio “Manu”, que era o mais velho, pelo perigo que ele sabia que estava sofrendo, conseguiu uma grana e fez algumas articulações na Argentina.

Então, quer dizer, na verdade, ele já estava se preparando para sair, para a fuga. O problema é que apareceu algum tipo de informação que disse assim “parta logo” porque ele já estava se preparando .

Você chegou até dizer, Júlio, que ele até tentou segurar em função da doença de sua mãe. Agora tem que sair... A sua mãe estava com câncer, um negócio assim, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Aí ele retardou a fuga...

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Meu irmão chegou... Quando o meu irmão mais velho identificou esse perigo que ele passava, tinha amigos na Argentina e recomendou a ele que ele fugisse para a Argentina para tentar salvar a vida. Ele disse “Mas eu não estou mais em militância política”, entendeu? Até que ele pôde identificar que estava mesmo, meu irmão tinha conseguido naquela época seis mil dólares para ele passar um período.

Acho que a estratégia era primeiro ele ir para a Bolívia, depois chegar na Argentina, nessa pessoa. Agora eu queria permitir fazer uma avaliação política que eu vejo aí. Ele foi preso com um grupo de pessoas e foi o único que conseguiu, em Recife, um *habeas corpus*. Ele foi liberado em 11 meses. Isso pode ter levado, significado, era um grande advogado, não me lembro o nome, infelizmente agora a memória... Isso pode ter significado a condenação da morte dele porque para as pessoas, para quem estava na repressão, era inaceitável que um comunista ligado à Aliança Libertadora Nacional tivesse, em 11 meses, já em liberdade. Essa é uma avaliação política que eu faço porque a gente estudou muitos casos e sabe como isso acontecia. Para eles, era continuar 10, 15, 20 anos na cadeia. E ele saiu, tanto que monitoravam a vida dele, por onde ele passava. Essa é a avaliação que eu faço. A pergunta foi: Como é que ele não tinha nenhuma atuação política aqui e de repente foi assassinado? Não faz sentido. Na minha opinião, faz porque o fato de ele ter sido libertado por uma liminar conseguida por um advogado isso pode ter sido a decisão dos repressores tê-lo condenado à morte. Essa é avaliação que eu faço.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Roberto.

O SR. ROBERTO MONTE – Eu, eu... Alguns anos atrás, não sei se isso tem a ver, mas neste contexto, eu, eu... Quando a gente estava na questão, naquela época, da volta de Emmanuel Bezerra dos Santos, a gente trabalhou muito, eu peguei muita informação com Amelinha. A gente foi trocando muita ideia. E tem um grande amigo nosso lá de Natal chamado Luiz Gonzaga Cortez, é o cara que passa toda a informação, ele escreve livro... Então eu tenho aqui alguns dados que não sei se é uma coisa meio louca, mas era a informação que eu tinha naquela época, que era o seguinte: que ele

afastou-se da militância, de Recife ele foi para São Paulo, ele foi vendedor de livros de coleções. Aí que tem essa história: que ele vendeu uma coleção a uma pessoa que estava sendo perseguida, o cheque era quente, Cortez sabe o nome do banco, o caixa identificou o nome, a relação de procurados chamou a polícia e o entregou. Esse aqui é um dado que eu peguei, uns 20 anos atrás.

A SRA. AMELINHA TELES – 20 anos atrás. A história. Eu não vou ler aqui porque eu não vou entender a sua letra, mas a história, até queria lembrar, Roberto Monte, como é que nós chegamos ao caso do Zoé, porque acho que você descobriu uma coisa que tinha lá no Rio Grande do Norte e nós fomos pesquisar alguma coisa aqui no arquivo. Alguma coisa, algum documento, alguma informação nós encontramos, mas eu me lembro que na hora de fazer esse dossiê porque o Zoé está nesse dossiê dos familiares... O caso dele está aqui. Até vou dar para a família um exemplar porque vocês têm direito. O nosso acordo que nós fizemos com a Imprensa Oficial que nós faríamos doação para os familiares e entidades dos Direitos Humanos. Então, está aqui: Zoé Lucas de Brito Filho.

Mas nós apuramos, apuramos, e não conseguimos ter uma informação mais precisa a respeito desse cheque. Então, nós não colocamos aqui. Porque aqui a gente procurou as informações mais corretas. Seria interessante, que mesmo com a gente procurando todas as informações, o caso dele está em 1973 e não em 1972, conforme vocês são testemunhas oculares, vocês receberam o corpo em 1972. Estou perguntando aqui ao Milton e o Edgar também recebeu em 1972 esse corpo. Então, aqui tem esse erro histórico, mas o que nós sabíamos era o seguinte: o Zoé, primeiro que ele teve, deve ter tido, foi um relaxamento preventivo, que *habeas corpus* em 1972 estava suspenso por causa do Ato Institucional n.º 5. Essa é a primeira questão. A segunda, é que ele vem sendo perseguido desde Recife. Ele não foi perseguido a partir do Rio de Janeiro. Ele está sendo perseguido. Aquela ideia de que ele tinha, achava que estava sendo perseguido não era porque ele achava. Ele estava sendo perseguido. Inclusive, ele recebeu muitas ameaças de morte em Recife. Por isso, ele vai para o Rio de Janeiro e no Rio de Janeiro ele continua sendo perseguido. Tanto é que ele é demitido, me parece que ele é demitido do trabalho.

Quando ele chega aqui em São Paulo, a informação que nós temos é que ele é corretor de imóveis, inclusive está aqui no livro. Ele é um corretor de imóveis? Não é, pois é. Então, é uma informação que a gente deve ter visto em algum documento policial, como corretor, mas não é. A família já está dizendo que ele trabalhava era num banco.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Ele vendia investimento. Isso sim.

A SRA. AMELINHA TELES – É, mas enfim, ele trabalhava com o mercado financeiro.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Exato.

A SRA. AMELINHA TELES – Mas aqui é.... É esta informação. A outra informação que nós temos é que o corpo estava no Ipiranga, na Estação-Metrô, Estação-Metrô não, que não tinha, em algum lugar no Ipiranga, não sei. Foi no Ipiranga?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Era na Estação Tamanduateí. É uma estação que fica entre Ipiranga e Vila Prudente, onde tinha a antiga VEMAG.

A SRA. AMELINHA TELES – Onde teria o corpo, não é?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Dizem que ele foi achado lá porque nós não vimos o local.

A SRA. AMELINHA TELES – É isso deve estar nos documentos policiais. A polícia montou essa história, de alguma forma, que o corpo se encontrava dilacerado junto ao trem, aos trilhos, onde passava o trem. E naquela região do Ipiranga, enfim, Tamanduateí, Vila Prudente, é, Vila Carioca.

Bom, a outra informação, é que as informações que nós conseguimos colocar aqui... A gente tentou ser... Buscar a verdade, nós estamos buscando a verdade há muito tempo e essa que nós tentamos buscar uma verdade. Agora que tem a história do trem, que a polícia dá essa versão do trem. E tem essa história do cheque, que não está tão fora porque agora ele está falando. Você é que está falando do cheque? Quem é que falou? Você falou do cheque....

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Não. Do que cheque, essa situação...

A SRA. AMELINHA TELES – Que ele conseguiu resolver o problema do cheque, que ele tinha medo de ir ao banco e lá ele ser...

O SR. ROBERTO MONTE – A história do cheque que a gente pegou, via Luiz Gonzaga Cortez, ouvindo... Ah, sim, sim.

A SRA. AMELINHA TELES – Essa eu sei. Eu quero saber a dele.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Não. Essa história... A história do cheque. Quando ele decidiu que ia fugir, não sei se...

A SRA. AMELINHA TELES – Ele tinha um cheque.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Ele tinha não... Um cheque não, tinha um saldo no banco.

A SRA. AMELINHA TELES – Ah, um saldo.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Então, ele tinha que fazer um cheque, naquela ocasião...

A SRA. AMELINHA TELES – Como é que ele conseguiu, não lhe explicou, não é?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Não. Ele disse que foi lá. Ele fez o saque normal porque ele tinha medo de dar o cheque e, quando receber, receber as algemas.

A SRA. AMELINHA TELES – É 1972, provavelmente, para você fazer um saque, você tinha junto da agência....

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Você tinha que fazer um cheque.

A SRA. AMELINHA TELES – Você tinha que fazer um cheque ou pedir lá na boca do caixa. Não tinha como você... Hoje tem esses automáticos, o eletrônico, mas é porque a história do Luiz Gonzaga é que esse cheque teria sido a razão pela qual ele foi identificado e foi pego. É a história, mas essa história não condiz com os fatos que os senhores aqui falaram.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Esse cheque a que ele se refere não existiu. Quer dizer, o cheque que existiu foi esse: a retirada do saldo que ele tinha do banco.

A SRA. AMELINHA TELES – Agora, a outra questão, a última questão aqui da minha... Quer dizer, que foi naquelas imediações, pelo menos é essa é a história que a polícia conta, que foi no trem, nas imediações e tal. Essa informação de que vocês trouxeram, de que ele estava tão ameaçado, inclusive, tinha o colega de trabalho que deu o aviso de que ele poderia ser preso, e ele entrega a chave do escritório pro Milton... São informações novas que nós não temos aqui. São importantes. E por último, eu queria colocar o seguinte: você acha que o Sérgio Belmiro Acquesta, que é o médico legista, geralmente quando a gente vê esse nome, porque eu trabalhei, trabalhei, eu atuei, digamos, fiz a pesquisa no Instituto Médico Legal, por volta de um ano e meio. E quando a gente via... Que nós investigamos o período de 1968 a 1976. E quando nós víamos Sérgio Belmiro Acquesta a gente já sabia que tinha algum motivo, uma motivação política. Dificilmente, ele assinava laudo naquele período, de outro. Que tinha uma motivação política, não é... eu acho que por mais que a gente não saiba exatamente, ele foi preso político, ele tinha uma articulação política.

Até a ida dele para o exterior, devia estar em contato com alguém que estava dando as coordenadas. E esse alguém, quer dizer, a organização também estava cercada. Não era só ele cercado, perseguido... Então, alguém... Eu acho que é isso.

O SR. ROBERTO MONTE – Queria só, desculpa, está me incomodando um pouquinho é o seguinte: não só a questão, claro, a questão do legista que foi colocado, o fato de estar envolvido com a repressão e outros casos que ocorreram. Tem um detalhe que é bastante curioso, não sei se vale a pena, talvez o Júlio possa colocar de uma forma até melhor, a questão do declarante em relação ao atestado de óbito.

Pois é, a família foi comunicada do corpo, certo, bom, acabou resgatado, fez o velório, mas na condição de ir a uma delegacia e contar uma história, entendeu? Só que o declarante no atestado de óbito é uma pessoa desconhecida, ninguém sabe quem é o declarante.

A SRA. AMELINHA TELES – E tem uma coisa assim. Ninguém da família, por isso é bom a gente perguntar, alguém da família foi chamado para reconhecer o corpo?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Foi. Foi. Existe uma dúvida porque me parece que foi o nosso segundo irmão, depois de Edgar, é Egídio. Parece que Edgar, que era militar, estava de serviço e foi Egídio que foi lá.

Um detalhe: foi visto e dito por quem reconheceu que ele estava com afundamento na cabeça, como tinha sido uma paulada, e o braço quebrado como ele se defendendo de um cassetete, de alguma coisa. É isso que a gente tem, agora da bala essa aí nós desconhecemos. Quer dizer, se veio com isso aí, a não ser que eles tivessem feito, colocado, tampado, mas essa nós não conhecemos. Da bala, para nós, não existe.

O SR. ROBERTO MONTE – Inclusive, o Guilherme, ele... É Roberto Monte. O Guilherme salienta muito esse aspecto, que ele diz assim: “Isso aqui é uma bala?” A pessoa faz até um certo gracejo, diz: “Não, é como se resvalasse do trem uma pedra na pessoa.” Como fosse assim... Fazendo uma certa ironia. Agora, Júlio, acho que seria interessante você dar esse... E com o detalhe que o Guilherme foi com uma outra pessoa que ele disse o nome.

O azar é que todas as informações que eu tinha com o Guilherme, tudo o que falo eu “boto” por escrito, eu esqueci em cima da mesa quando vim para cá.

Agora, acho que seria interessante, Júlio, para citar esse finalmente, porque o que acontece... A gente está falando o seguinte: alguém que foge e que soube de última hora que vão lhe pegar, mas isso já tinha uma preparação anterior. Inclusive, o seu irmão “Manu”, que morava lá no Rio de Janeiro, conseguiu uma grana que ele já estava... e quanto tempo foi isso. Sabe? Acho que seria interessante você dar essa localização.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Eu queria antes de falar da questão dos recursos, dizer que não é pretensão da família desqualificar a informação do Guilherme. O que nós estamos dizendo aqui é que não foi observado pela família e isso qualquer curativo bem feito pode mascarar. Não foi observado pela família essa questão da bala. Se isso é informação importante, entendeu, para configurar, a maior testemunha que pode provar isso é buscando a fonte do corpo onde está sepultado aqui, na quadra 18, no terreno 439, no Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha para poder esclarecer. O que a gente acha que é importante, nesse momento, por todos os elementos, é que fica configurado a forma como foi realizado o assassinato é menor, é de que tudo leva a mais um assassinato militar.

Mas a questão que o meu irmão mais velho, ao saber que ele estava sendo perseguido, quis dar segurança a ele. E levantou, me lembro, ele me dizendo, seis mil dólares. Eu não poderia precisar, porque tem muito tempo, se foi três ou quatro meses antes de acontecer o assassinato, em que ele estava querendo adiar a ida dele em função do avançado estado de saúde da minha mãe e, certamente, no momento em que ele teve a sinalização de que estava sendo candidato a ser pego a qualquer momento decide, talvez de forma, talvez não bem planejada, essa fuga que acaba culminando com a morte dele. Mas, de fato, meu irmão mais velho fez contato com alguns amigos. Na Argentina, não saberia quem. Meu irmão morreu, tinha 42 anos, de morte natural. Foi no começo dos anos 1980. Acho que no ano de 1980 mesmo, morreu meu irmão mais velho. De fato, essa é uma parte apenas registrar, mas nós não estamos aqui querendo desqualificar, mas apenas mostrar que a família pode ter a oportunidade de ver e não pôde observar essa informação e que eu acho que ela não deixa, não é tão relevante.

Para mim, o fato relevante é no momento que um corpo... Se exige que tenha uma história para não caracterizar o assassinato, é entregue com a ordem expressa de não se abrir o caixão e ainda ficam dois agentes da repressão o dia todo no velório, misturado com a família, assistindo a todo o processo.

Acho que são elementos que quando se somam ao perito que assinou, até o cartório elementos, eu acho que não tem como a gente não ter construído todos os indícios. Eu lembro que uma pessoa que também foi... Eu estudando o caso de um sobrinho de um deputado que foi assassinado, foi a mesma coisa. Eles negociaram a entrega do corpo na condição da família não abrir o caixão. Então, eram *modus*

operandi que eles tinham. Então, imagino que um conjunto de informações que tornam cristalinas, de fato, de que se está diante de mais uma vítima da ditadura militar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Deixa eu só encerrar com o seu primo, porque senão toda hora a gente fica introduzindo essa versão do Guilherme e não consolida a versão da família e fica tudo em aberto, que nem essa ferida que está sangrando até a hoje. Então, vamos consolidar a informação da família.

Chegou a notícia, a pessoa da família que estava de plantão no dia foi lá e identificou, viu um afundamento de crânio e o braço quebrado, numa possibilidade de estar sofrendo um golpe, e esse braço fraturou e tinha um afundamento de crânio. Então, para nós é importante que o senhor conte como foi, quer dizer, para o senhor foi uma madrugada terrível.

O senhor foi para a rodoviária, ele não apareceu na rodoviária e, o pior, ele foi ainda na sua casa procurar pelo senhor, desesperado, e o senhor estava na rodoviária. O senhor volta para casa, não o encontra. Ele foi encontrar-se com o Milton e ele saiu para algum lugar que poderia ser atraído para uma cilada, vai saber o que que era. E aí teve uma duríssima negociação na delegacia para construir uma versão.

Como vocês todos tinham formação militar, evidente que o tratamento pode, apesar de a pessoa ser um perseguido político, deve ter sido uma duríssima negociação lá na delegacia para construir essa história.

Então, eu só queria o senhor recompusesse essa história. Era seu irmão que foi identificar? Foi lá e identificou e vai para delegacia e constrói a história, faz o pacto de silêncio e o corpo vem para casa. O senhor poderia falar sobre isso, por favor? Sobre essa longa... Não sei se foi de manhã, se foi à noite que houve essa negociação, que delegacia foi, lá na Zona Norte. Tudo o que o senhor puder lembrar, por favor.

O SR. EDVALDO VALDIR DE MEDEIROS – Na verdade não houve uma negociação, houve uma imposição. “Você pode levar o corpo, mas nessas condições e ponto final.” Isso do IML. O que diz que a gente pensa que ele morreu na linha de trem, isso é versão deles. Nós não sabemos porque quando foi achado, quando foi encontrado,

ele já estava no IML, meu irmão foi à delegacia para fazer todo o trâmite. Teve que ir primeiro à delegacia, em que ele recebeu uma ordem de forjar uma versão e teve aquela informação que poderia levar, desde que... Não. Foi um irmão. Ele está vivo, mas ele está muito esquecido. Nós conversamos com ele e “Olha, eu nem quero dar o depoimento porque eu não lembro como foi, o que eu vi...” Ele apesar de ser uma pessoa lúcida, ele é muito esquecido. Quer dizer, nós temos um arquivo que ele falou, o Edgar, que é o mais velho que deu o depoimento. Ele está lá no Rio Grande do Norte e tem problemas de saúde, diabetes. Ele não pode se locomover para cá porque ele tem... E Egídio disse “Se eu for, eu tenho que dizer, mas não tenho convicção.” Como eu estou falando, tenho plena convicção. São momentos que eu vivi, eu lembrei e ficou 41 anos gravados.

A coisa que eu mais gostaria de saber é como ele morreu e eu não vou saber como ele morreu. Nós podemos saber quem matou, mas como ele morreu, se morreu no trem ou se morreu em outro local, isso eu não sei. Isso é uma coisa... Quer dizer, a gente tem o conforto de poder dar esse depoimento e saber que as coisas não são a única verdade de não estar lá, mas dizer que ele caiu do trem, que ele morreu lá na estação. Pode pegar em qualquer lugar e chegar dizendo “Não. Foi na estação.” Então, isso eu não sei...

É foi uma delegacia que tem ali pela Vila Prudente. Eu não... Quem pode dizer isso bem é o... Acho que até no depoimento de Edgar diz a delegacia que ele foi ali pela Vila Prudente. Ele foi a única pessoa que foi na delegacia porque a gente tinha tanto medo de ser expor, porque a gente não tinha nada a ver, mas era parente e dissesse “Você é, era...”

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Bom. Acho que atingimos. E no filme tem o depoimento daquele que é o verdadeiro arquivo da família.

Ah, quer dizer que eles mantiveram a simulação até o último momento? Até na delegacia da Vila Prudente para dizer que ele tinha sido abandonado, que ele tinha caído, que tinha sido pego lá na estação da Vila Carioca, na rua Vemag lá, Estação Tamanduateí, antiga CPTM? Entendi. Tá bom. Vamos concluir esse caso para poder passar para os outros?

O SR. ROBERTO MONTE – É realmente... Roberto Monte. Realmente, você ouvindo essa história tem muito vai e vem porque o que você vê é o seguinte: é alguém... Eu fico imaginando alguém que fosse da ALN, se teria ou não teria algum tipo de contato. E a outra coisa que não é típica, é uma coisa atípica, é a pessoa ser morta, de uma forma até rápida. Dois lados serem chamados. Digamos, o Guilherme, que morava com ele, ser chamado alegando que foi fazer o reconhecimento com uma outra pessoa. A segunda coisa é que a própria família, que não é uma coisa tão usual, digamos, tanta gente ter informação e tão rápido. E a rapidez também já tem o esquema de... "Tudo bem, você pega o corpo, mas também"... O tempo é tudo muito rápido.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Roberto, vamos lá. É o seguinte: em 1972, a Amelinha tentou falar isso com muita... Em 1972, junho de 1972, aqui em São Paulo, estava um horror. Não dava para andar na rua, não dava para andar na rua, os caras estavam prendendo até poste.

Então, a ALN estava sendo exterminada e não tinha quem da ALN sobrevivesse. Podemos até tentar achar alguém da ALN para ver se alguém tinha esse contato. Acho que não. Realmente é verdade. Estava todo mundo cassado e condenado à morte. Era preso e condenado à morte. Vamos tentar. Agora, esse Guilherme... Toma muito cuidado com essa história, de não potencializá-la muito porque a história familiar tem uma coerência total. Total. Precisa tomar cuidado com essa versão desse Guilherme. É muito extemporânea, está muito fora da linha, da curva. Precisamos tomar cuidado. Tanto é que ele não está aqui hoje.

Então... Lógico que nós vamos tentar ir atrás e tal, mas lógico que a gente não é dono da verdade, naquele tempo acontecia de tudo. Então, um pouco... Essa história precisa bater melhor. Essa história deles é muito mais consistente. Imagina, o primo... Ele foi ao escritório nove horas da manhã, da véspera, falou, foi na casa e falou com a esposa, não o encontrou, procurou o Milton, conversou e foi embora.

Então quem foi chamado para reconhecer foi a família. Lógico que aqui nós só fazemos isso na vida, na hora em que acordamos, na hora em que vamos dormir, podemos tentar ouvir esse Guilherme. Podemos, mas com todas as reservas possíveis. A

história está fechada, não é? Qualquer coisa que ele puder acrescentar é bom, mas nós também vamos tomar o nosso devido cuidado para não... Tá! Pode falar o que você quiser, não precisa ser a última.

O SR. ROBERTO MONTE – Não. Para fechar. Acho que a gente tem, nós temos um cemitério, existe um endereço. Acho que há duas coisas aí: primeiro, olhar como é que está este resto mortal e, além disso, nem sei, Júlio, se estou também... O interesse de vocês também de levá-lo lá, juntar as duas coisas para... Que fecharia isso. Não teria mais...

A SRA. AMELINHA TELES – Queria saber quem escolheu o cemitério? Quem fez o enterro, sepultamento foi a família ou foi a polícia?

O SR. EDVALDO VALDIR DE MEDEIROS – A família. Foi a família.

A SRA. AMELINHA TELES – Então foram vocês que escolheram a Nova Cachoeirinha e fizeram todo aquele acordo na hora do sepultamento? Isso é importante a gente saber. Não houve um sepultamento. Houve um velório nas condições que a polícia adotava para todos que ela entregava o corpo. Se houvesse a entrega do corpo, era dessa forma, não é? Com o controle total da polícia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Deixa eu até falar para o senhor. Acho que aí está aparecendo uma coisa interessante. Bom, se dessa audiência sair um pedido da família para identificação dessa sepultura e das várias camadas... É um jazigo da família ou jazigo...?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Não. É um cemitério público.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Público. Sim, mas não tem... Não tem. É aquele de camadas, não é? Bom, isso requer uma pesquisa, mas vamos tentar então amarrar o seguinte. A família que adquiriu a vala, pelo menos, foi lá, contratou a funerária, contratou o enterro ou foi a polícia?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Não. Isso foi feito todo pela família e o cemitério a funerária que informou.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tá. Tá bom. Vocês, alguma vez depois do sepultamento foram conhecer a vala? Foram lá?

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Eu, pessoalmente, não.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tá. Mas tem algum que já foi. Estava ali identificado? Não, espera aí, porque eu o que eu quero fazer. Vamos ver se a gente a partir dessa audiência, a gente formaliza, para o serviço funerário, a identificação da ossada, se dá para exumar, para saber quantos foram sepultados depois dele pela linha do tempo, se dá para saber e identificar exatamente a sepultura, a camada. E aí vocês fazem o requerimento e a gente pode solicitar a exumação. Não pode, Amelinha? Podemos. Então nós assumimos esse compromisso. Eu já lhe dou o microfone. Eu só estou querendo fechar direito porque é uma coisa muito importante nesse momento. Se vocês concordam, a gente tenta identificar a sepultura, quantos anos se passaram lá no registro do livro e tentar exumar para vocês levarem para...

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Eu queria só esclarecer. É Júlio Zoé de Brito. Eu sou irmão de Zoé Lucas de Brito Filho. Inclusive o cemitério eu consegui localizar só ontem o telefone. Em menos de dois minutos, eles lá no sistema identificaram. Disse

o nome e data do sepultamento. Ele está sepultado na quadra 18 no terreno 439. Em 1976, houve a pretensão de se levar essa ossada para São João do Sabugi, onde estão sepultados os meus pais. E parece que houve um problema nesse cemitério, que o lençol freático subiu e estava com água, não foi possível. E está registrado lá que o corpo estava íntegro e provavelmente, não sei se foi Edgar que me trouxe isso, que esta área não foi mais sepultada em função desse problema. É 1976, quatro anos depois. Ele me disse rapidamente ontem. Eu posso estar equivocado. O que eu posso dizer é que ontem eu liguei para o cemitério, dei os dados, eles têm as informações lá e provavelmente isso só... Eu acho que a partir de elementos assim que a gente pode construir, com provas materiais, a verdade. Se for interessante para essa Comissão, a família autoriza, no sentido que a gente possa estar contribuindo para averiguar essa situação.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tá bom. Acho que foi importante. Então, nós temos que entrar em contato com a direção do Serviço Funerário, com o Sérgio Trani e pedir a localização da vala, do sepultamento. Essa quadra está preservada. O senhor falou com administrador do cemitério ontem? Lá da Vila Nova Cachoeirinha? Está bom. Está um pouco melhor a administração do cemitério, sim.

Então, acho que esse caso... Nós vamos liberar a família, os amigos e tratar dos outros casos.

Pelo menos o pessoal aqui de São Paulo a gente libera porque eles vieram especificamente para este caso. Que horas são, agora, que até perdi a noção do tempo? 13h20? Vamos dar um intervalo, então, para tratar dos outros casos? A gente dá um intervalo e aí quem puder... O Roberto pode ficar para tarde, né? O senhor vai poder ficar mais um pouco ou já vai indo? Tá bom. Então, agradeço. Eu só queria pedir para o pessoal da Comissão, viu, Renan, Vivian, para ter o contato das pessoas que moram aqui em São Paulo para a gente não perder o contato se a gente for fazer essa exumação. Só nome, endereço, telefone e um e-mail para gente... Aquele lá também mora em São Paulo? Vocês dois? Para ajudar a gente nessa tramitação. Pode falar.

O SR. EDVALDO VALDIR DE MEDEIROS – Eu também moro em São Paulo. Eu moro no Rio Grande do Norte e estou aqui pela segunda vez fugindo da seca

porque nós viemos em 1958. A grande seca que houve lá e agora estou fugindo por dois anos de seca lá e eu vim escapar aqui, mas pretendo voltar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, está bom. Eu agradeço a presença de todos. Muito obrigado. E embora você continue com a gente, Roberto, vamos tentar localizar esse Guilherme, com todos os cuidados que esse caso requer. Está bom?

O SR. ROBERTO MONTE – Começou na viagem de São João do Sabugi. Hoje acho que foi o momento que tudo mundo começou a ter o fechamento. A gente fez quase que uma edição de todas as informações. Exatamente com as pessoas que a gente... ouviu o Milton, por telefone lá em São João do Sabugi. Hoje foi o momento que a gente fechou a lógica. Por isso, quando o pessoal perguntou “E a outra pessoa?” eu achei melhor a gente ter exatamente isso que a partir de agora tudo isso que você fala começa a gente ter uma certeza.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A gente podia também fazer uma consulta para o Perly Cipriano e para o Gilney Viana, que são pessoas que não privilegiam a precisão, mas que a gente pudesse ouvir algumas coisas deles para ver se a gente conseguia algumas inferências porque como...

O SR. ROBERTO MONTE – Não só os dois, tem Juliano Siqueira, Maurício Anísio, Luciano de Almeida, Maria Teresa de Lemos Vilaça. Esse todo era o pessoal da turma que estava preso lá em Recife. Perly, Perly, eu pedi até para fazer um depoimento que deve estar ali na página.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então está bom. Amelinha, Renan, pede para Dra. Rosa Cardoso trazer o Roberto Monte para São Paulo para a

gente ter mais um arquivo da revolução aqui conosco que o cara é impressionante o que... (Risos).

O SR. ROBERTO MONTE – Eu sou um filho de Amelinha. (Risos)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Desculpe a brincadeira. Isso é elogio, elogio. Muito obrigado por tudo o que vocês contribuíram conosco, esse deslocamento, todo esse sacrifício que vocês fizeram aqui para vir aqui para São Paulo e nós vamos tentar retribuir com seriedade, vamos tentar levar essa história até as últimas consequências. Muito obrigado. Muito obrigado mesmo. (Palmas) Com a palavra. Pode falar, pode falar.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Quero apenas agradecer em nome da família, de fazer o registro de gratidão, admiração e respeito pelo trabalho que vocês fazem porque a dimensão do sofrimento que cada uma das famílias dos que estão descritas aí e até dos que não estão foi muito grande. Então, da mesma forma que nós, em silêncio, sofremos por toda aquela brutalidade hoje nós estamos alegres com esse nobre trabalho que vocês fazem. Nós é que agradecemos muito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Muito obrigado. A sessão está encerrada. (Palmas)

* * *

Intervalo

* * *

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. 102ª Audiência Pública, 04 de dezembro de 2013. Auditório Paulo Kobayashi.

Está instalada 102ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 04 de dezembro de 2013, no Auditório Paulo Kobayashi, para a oitiva dos depoimentos sobre Edson Neves Quaresma, Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa e Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Formação da Mesa: Roberto Monte. Vamos lá, Roberto. Sem mais delongas. Os três. Edson Quaresma. Então, a Thaís Barreto vai ler o memorial de Edson Quaresma. Edson Neves Quaresma.

A SRA. THAÍS BARRETO – Boa tarde a todos. Meu nome é Thaís Barreto. Nós vamos ler as informações que estão no livro “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil”.

Edson Neves Quaresma nasceu em 11 de dezembro de 1939, em Itaú, no município de Apodi, no Rio Grande do Norte. Era filho de Raimundo Agostinho Quaresma e Josefa Miranda Neves.

Foi morto em 05 de dezembro de 1970 e era militante da Vanguarda Militar Popular Revolucionária - VPR.

Edson estudou até a quinta série do curso primeiro em Natal, Rio Grande do Norte.

Em 1958 ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, saindo como grumete em 1959. Logo em seguida, foi prestar serviços no Cruzador Tamandaré.

Com a criação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, Edson passou a integrar seus quadros atuando como tesoureiro da entidade.

O golpe militar reprimiu duramente o Movimento dos Praças da Marinha, resultando na prisão e confinamento de Edson na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, por um período de um ano e dois meses.

Em 31 de dezembro de 1964 foi expulso da Armada e após ser libertado iniciou a sua vida na clandestinidade. Viajou para Cuba, onde fez treinamento militar. Regressou ao Brasil em julho de 1970, militando na VPR.

José Anselmo dos Santos, o agente policial infiltrado na VPR, conhecido como Cabo Anselmo, estava vivendo em Cuba desde 1967, e retornara ao Brasil em 15 de setembro de 1970.

Segundo o seu depoimento prestado no DOPS de São Paulo, sem data, na página nove, podemos ler: "em junho ou julho de 1970 vieram José Maria Ferreira de Araújo e Quaresma. Deviam preparar as condições para recebermos. Em setembro deveríamos vir eu e Evaldo, mas Evaldo ficou retido por ato indisciplinar, que desconheço qual seja. Fui enviado sozinho."

(Pausa)

Bom, dando continuidade, nós vamos, a partir do livro do Dossiê, contextualizar melhor a morte do Edson Quaresma.

As mortes: em 05 de dezembro de 1970, Edson Neves Quaresma passava com Yoshitane Fujimori pela Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, quando foram reconhecidos por uma patrulha do DOI-CODI de São Paulo, que metralhou o carro, atingindo-os. Edson, mesmo ferido, tentou correr, sendo alcançado pelos policiais.

Os fatos são descritos pelo então militante do MRT, Ivan Akselrud de Seixas, em depoimento apresentado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Segundo testemunho colhido à época de um motorista de táxi que presenciava o ocorrido, Fujimori saiu no meio da praça e Quaresma em uma rua de acesso a mesma. Carregado por dois policiais, Quaresma foi agredido na praça até a morte. Fujimori chegou com vida ao DOI-CODI de São Paulo. Fato declarado a Ivan, pelos policiais Dirceu Gravina e "Oberdan", quando, em abril de 1971, ele próprio foi preso e interrogado.

Ambos foram sepultados como indigentes no Cemitério de Vila Formosa, sendo Quaresma identificado com um nome falso. As solicitações de exame necroscópico dos dois foram feitas pelo Delegado Alcides Cintra Bueno Filho e nelas constam "terrorista"

como profissão. Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues.

Contudo, não foram encontradas as fotos do corpo de Quaresma, o qual chegou ao IML quatro horas depois do horário de sua morte. No arquivo do DOPS do Rio de Janeiro, o documento do Cenimar 0364, de 27 de maio de 1971, informa sobre as mortes de Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori em tiroteio no bairro Bosque da Saúde, em São Paulo.

Há neste documento o relatório de um informante de nome Francisco Eugênio Santiago, datado de 21 de dezembro de 1970, de n.º 1369, que cita os nomes falsos de Edson e Yoshitane, e acrescenta: “cinco terroristas presos foram levados ao Instituto Médico Legal para reconhecimento de dois terroristas mortos. Os cinco foram unânimes em reconhecer Yoshitane Fujimori no cadáver de Akira Kojima, mas não souberam dizer quem era o mulato, Celso Silva Alves, que o acompanhava e com ele morreu trocando tiros com a polícia. O mulato foi enterrado com o nome falso.”

O documento do Cenimar, entretanto, afirma que Celso foi identificado por exame datiloscópico como Edson Neves Quaresma. No relatório da Marinha, encaminhado ao Ministro da Justiça em 1993, consta ainda que Edson Neves Quaresma “foi morto ao reagir à prisão na Praça Santa Rita de Cássia, São Paulo, com outro companheiro no dia 05 de dezembro de 1970, às 12 horas. O fato foi divulgado com seu nome falso: Celso Silva Alves.”

O laudo de Edson registra que apenas uma das cinco balas encontradas em seu corpo atingiu a região dorso lombar, sem perfurar órgãos vitais. As outras quatro foram disparadas na cabeça e uma delas encontrava-se na região auricular direita.

A relatora Suzana Lisboa argumentou que dificilmente uma pessoa morreria em tiroteio com quatro tiros na cabeça. Ela considerou ainda a possibilidade que a execução sumária deste importante militante da VPR e a ocultação da sua morte tivessem nexos com a necessidade de manter segredo sob a atuação de Cabo Anselmo, como agente policial infiltrado, conforme o seu parecer: “Na ficha do IML, a *causa mortis* ferimento craniano por projéteis de arma de fogo, choque traumático. No verso há anotações de 14 de julho de 1971. Envia cópia para o Segundo Exército, Quartel General, ofício n.º

01/71, datado de 14 de julho de 1971. Assinatura de recebimento, infelizmente é ilegível.”

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos encaminhou os documentos relativos à morte de Fujimori para análises do perito Celso Nenevê. De acordo com o laudo elaborado por ele, o estudo da trajetória dos tiros comprovou que três dos quatro projéteis penetraram a face direita de Fujimori quando o seu corpo estava em posição inferior, ou seja, caído ou deitado.

Suzana Lisboa anexou ao processo as declarações de José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, localizadas no arquivo do antigo DOPS de São Paulo. Embora seja controversa a data em que Anselmo começou a colaborar com os órgãos de segurança, pois há indícios que se tenha iniciado antes de sua suposta prisão, em junho de 1971, esse depoimento datado de 04 de junho de 1971 evidencia os alvos de sua perseguição.

“Trazia uma mensagem cifrada de apresentação para Carlos Lamarca e ele deveria dar-me tarefas para desempenhar, explicar o funcionamento da organização, etc. No dia 15 de setembro, encontrei Quaresma, que me disse que não havia nenhum aparelho, nem apoio. Nesse tempo, creio que em meados de novembro, recebi Quaresma com quem me encontrava uma vez por semana. O aviso de que devia seguir viagem para avistar-me com Lamarca. Às cinco horas da manhã, encontrei-me com Quaresma na Rua Domingos de Moraes, em frente ao Cinema San Remo. Fomos para o Jabaquara, onde nos encontramos com Fujimori. Passei a datilografar com uma máquina que foi dada por Quaresma e que deve estar no escritório de Ivan, Edgar de Aquino Duarte, uma semiportátil sem tampa. O relatório sobre Cuba. Corria o mês de novembro, quando se deu a morte de Toledo, da ALN. E pelos documentos publicados, sabemos que Palhano, o Aloísio, citado em uma carta que viera da Europa estava chegando. Efetivamente, Quaresma recebeu e fez-me contatar com ele em fins de novembro.”

Baseando-se nos dados descritos, a relatora concluiu o seu parecer. Agora a Suzana. “As mortes de Quaresma e Fujimori ocorridas pouco tempo após a chegada ao Brasil, do ex-cabo Anselmo, certamente foram decretadas para que não representassem um obstáculo para o acesso de Anselmo ao comando da VPR. Quaresma e Anselmo eram companheiros de muitos anos e foi através de Quaresma, designado para voltar de Cuba e preparar a vinda de Anselmo, que o infiltrado conseguiu os contatos necessário

que o fizeram chegar a Fujimori e inclusive ao Capitão Lamarca. Evidentemente, o Cabo Anselmo não quis assumir a sua responsabilidade na morte de um amigo de tantos anos. Não havia motivo para que o fizesse, já que nunca se dispôs a resgatar a verdadeira história quando se tornou mais do que um infiltrado, um agente dos órgãos de segurança, mas eliminá-lo ao que parece foi uma de suas tarefas primeiras, bem como a de José Maria Ferreira de Araújo, constante na lista oficial de desaparecidos e morto, segundo a documentação encontrada no IML, de mal súbito. Todos os contatos de Anselmo foram premeditadamente assassinados. Suas mortes foram cuidadosamente planejadas a fim de não levantar suspeitas e, na maior parte das vezes, culpados foram eleitos para serem os responsáveis por estas mortes. Até que o seu trabalho de infiltrado foi finalmente desmascarado em 1973 quando patrocinou o massacre da Chácara São Bento. As reais circunstâncias das mortes de Quaresma e Fujimori ficam para um outro momento, já que os principais arquivos da repressão ainda não foram abertos. Há certamente outras fotos, outros fatos elucidativos. Certo é que a versão oficial dos órgãos de segurança é falsa, contestada pelo depoimento do ex-presos político Ivan Seixas, pelo laudo do perito Celso Nenevê e pelo traiçoeiro trabalho de José Anselmo dos Santos.”

Os casos foram relatados em conjunto, mas as votações foram diferentes. O caso de Edson Neves Quaresma foi aprovado por quatro votos a favor e três contra, os do General Oswaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas em 30 de janeiro de 1997. O de Yoshitane Fujimori foi aprovado por seis votos favoráveis e um contrário, o do General Oswaldo Pereira Gomes.

(Pausa)

A SRA. VIVIAN MENDES – Boa tarde a todos e todas! Vivian Mendes, assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, e eu vou ler o memorial do Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Luiz Ignácio Maranhão Filho foi desaparecido em 03 de abril de 1974. Nasceu em 25 de janeiro de 1926, em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Militava na organização política Partido Comunista Brasileiro – PCB.

Era casado com Odette Roselli Garcia Maranhão. Advogado, professor do Atheneu Northeriograndense, havia estudado na Fundação José Augusto e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Colaborou com diversos jornais, particularmente o "Diário de Natal", e publicou vários artigos na revista "Civilização Brasileira".

Em 1945, entrou para o PCB. Em 1952, foi preso pela Aeronáutica, em Parnamirim, no Rio Grande do Norte e foi muito torturado. Sua história constituiu um capítulo no livro "A história militar do Brasil", de Nelson Werneck Sodré.

Em 1958, foi eleito deputado estadual pela legenda do partido trabalhista nacional – PTN, desempenhando mandato até 1962.

No início de 1964, visitou Cuba, a convite de Fidel Castro. Ao voltar, com o golpe de 1964, Luiz Ignácio foi preso e submetido à tortura. Ficou preso na Ilha de Fernando de Noronha, juntamente com Miguel Arraes, ambos cassados em seus direitos políticos.

Ao sair da prisão, passou a viver na clandestinidade no Rio de Janeiro. No sexto congresso do PCB, em 1967, foi eleito membro do Comitê Central. Atuou muito próximo da Igreja católica, mantinha contatos com Roger Garaudy, filósofo filiado ao PCF.

Dados sobre a sua prisão e desaparecimento: Luiz Maranhão foi preso no dia 03 de abril de 1974, numa praça em São Paulo, capital. Pessoas que presenciaram a cena informaram que ele foi algemado e conduzido por agentes policiais.

Providências tomadas por seus familiares: Odette Maranhão, sua esposa, constituiu como advogado Aldo Lins e Silva, buscou informações em diversas delegacias, entidades e autoridades. Conseguiu até uma audiência com o General Ednardo D'Ávila, então Comandante do Segundo Exército, que disse ter procurado Erasmo Dias, Coronel do Exército e Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, mas não houve nenhuma informação. Eles lhe garantiram que Ignácio não estava sob a responsabilidade de seus comandos. Seu nome consta no anexo da Lei n.º 9140, de 1995. Seu caso foi protocolado como n.º 043/96. Essas informações foram extraídas

do “Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil – 1964 a 1985”, do IEVE.

(Pausa)

O SR. RENAN QUINALHA – Boa tarde a todos e todas. Eu vou fazer a leitura do memorial do terceiro caso de hoje, Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa, assassinado em 28 de maio de 1973.

Gerardo nasceu em 1950, em Caicó, Rio Grande do Norte.

Filho de Luís Fernandes da Costa e Francisca Jandira Torres Fernandes da Costa, foi morto em 28 de maio de 1973.

Gerardo era poeta e jornalista. Durante o período em que residiu em Itu, São Paulo, participou do Jornal "BIDU", gazeta poética e política que mobilizava a juventude daquela cidade do interior paulista.

Depois, passou a morar em Sorocaba, onde prestou o exame vestibular na universidade local, tendo estudado até o quinto ano do curso de Medicina.

Como estudante universitário, engajou-se no movimento estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sorocaba. Era amigo de Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia na USP, assassinado pelo DOI-CODI de São Paulo, em 17 de março de 1973.

Dados sobre sua morte: segundo a versão oficial, registrada no laudo de necropsia, em que seu nome aparece grafado como *Geraldo*, teria se suicidado atirando-se no Viaduto do Chá, localizado no centro de São Paulo. A causa da morte foi atribuída a traumatismo crânio-encefálico. Paradoxalmente, o laudo oficial não registrou nenhuma outra fratura ou mesmo escoriações, prováveis em alguém que teria caído de uma altura razoável. O laudo foi assinado por Otávio D’Andréia, legista responsável por diversos laudos falsos de mortes de prisioneiros políticos, a exemplo de Luís Eurico Tejera Lisboa, morto sob tortura em 1972, na cidade de São Paulo.

Localização do corpo: Gerardo teria sido enterrado no Cemitério de Perus, em São Paulo, com o nome de Geraldo. Em 27 de outubro de 1977, foi exumado e em seguida reinumado na sepultura 537, quadro oito, gleba dois, do mesmo Cemitério.

Gerardo Magela não constava da relação de mortos e desaparecidos políticos do Brasil e seus familiares não foram localizados.

As informações foram colhidas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, na documentação encontrada nos arquivos do extinto DOPS-SP e confirmadas pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Alagoas, do Rio Grande do Norte, retificando. Dados extraídos também do “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil”, do IEVE.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Porque o Alexandre fala... Não estou duvidando. Ele tinha esse amigo mesmo. Tem a foto dele? Onde ele estudava? Em Sorocaba, não é? Eu o conheci. Não sabia que esse menino tinha sido morto. Ele era muito amigo do Alexandre. Ele fez Medicina em Sorocaba? Isso. Magrinho, alto. Menino, não sabia. Estou sabendo agora que ele foi morto.

A gente estava ensaiando uma peça no Teatro São Pedro e ele foi lá, uma tarde. Estava fazendo o Frei Caneca e ele foi lá ver. Vamos lá, cair na real. Vamos lá. Roberto Monte, com a palavra. Não tem uma foto desse menino? Não. Na faculdade tem. Tem. É. A PUC. Sorocaba. Sim. Precisa falar com o tio do Alexandre ou com as irmãs. Seu professor Aldo. Precisa recuperar a história dele. Agora que eu estou...

O SR. ROBERTO MONTE – Primeiro eu queria fazer um contexto mais amplo e depois a gente vai de um em um. Veja só: dos 164 casos que vocês estão pegando aqui, eu fiz um levantamento que nós temos cerca de setes pessoas que são nascidas no Rio Grande do Norte e estão aí. Edson, Emmanuel Bezerra, Gerardo, Hiram Pereira (é de Caicó também), Luiz Ignácio Maranhão Filho, Virgílio Gomes da Silva e Zoé Lucas de Brito Filho.

Viu, Amelinha, eu estou falando dos 146, perdão, 164, sete são do Rio Grande do Norte. Agora você falou que Lígia Salgado... Ela estudou aqui. Por coincidência, eu

estive, terça-feira eu estive no Rio e peguei um material bem completo sobre Lígia Salgado, que foi feito por João Ricardo. Então, eu estou com esse material todinho, todo o que eles fizeram lá, tudo bonitinho sobre Lígia Maria Salgado Nóbrega. E também a família também não quer muita conversa.

Então, veja só: desses sete, eles na verdade fazem parte de um rol de cerca de onze pessoas do Rio Grande do Norte. Esses sete e mais a Anátalia de Souza Alves de Melo, que era do PCBR, e foi morta em Recife. Depois a gente tem José Sílton Pinheiro, também daquela turma do PCBR, foi morto lá no Rio de Janeiro, Lígia, e tem um novo nome que apareceu, que quem nos passou foi Dermi Azevedo, que a gente não está com muitos dados, mas segundo Dermi existe um marinheiro de nome Luís Pinheiro que é desaparecido, ninguém tem mais notícia desse rapaz. A família não quer papo. Eu sei que está um pouco... A gente está tentando chegar até no cunhado, um negócio assim, para saber como... Se vocês, digamos, tiverem contato com esse pessoal ligado à Marinha, eu vou pegar mais dados com Dermi para saber quem é... Geralmente, deve ser VPR. De qualquer maneira, esse Luís Pinheiro talvez seja o que a gente não tem praticamente nada. Eu diria o seguinte: realmente hoje pela manhã o jogo foi muito interessante. Eu diria que talvez de tudo o que a gente vai trabalhar neste universo do Rio Grande do Norte acho que dificilmente a gente vai ter tantos detalhes como no caso específico de Zoé.

Um outro que também já chega a ser um pouco parecido, como o de Zoé, é o de Gerardo Magela, porque inclusive parece que tem muita coisa similar. Era um cabra também caladão, que morava em tal lugar, que depois morre e ninguém sabe nem dizer qual partido. E isso tem um outro acordo que a família recebeu os restos mortais, enterrou e disse o seguinte... esse recorte aqui que vocês não tinham, por coincidência, um cabra amigo nosso. Vou dar para vocês um exemplo, em 1989, a gente fez um horário eleitoral... Era tão pobre o nosso horário eleitoral que a pessoa dizia “Está faltando luz”. Um cabra lá apareceu com um banho de luz, é exatamente Rosimar Cunha. Depois ficou grande amigo nosso. Depois a gente descobriu que o pai de Rosimar era exatamente esse senhor aqui, que tinha sido aparentado também de Gerardo Magela, que ele dá novos dados, não é, Amelinha? Quem era Gerardo... E o próprio Adriano disse que conheceu o cabra e ele está contando informações que a gente não tinha mesmo. Então, dessa relação de onze que a gente tem, eu não vou considerar aqui Djalma...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu conheci esse menino. Era muito jovem...

A SRA. AMELINHA TELES – Olha. É o seguinte. O Gerardo Magela... Esse... Como a gente chegou? Nós fomos fazer a pesquisa no Instituto Médico Legal e quando nós chegamos nesse nome, Gerardo, que foi em 1973, estava um “T” de terrorista. Isso é que chamou a atenção. Que quando você vai ao IML está cheio de laudos necroscópicos e tudo mais... Agora, o “T” de terrorista não era de todo mundo. O dele tinha o “T” de terrorista. Nós achamos estranho e fomos... É... Tinha alguma coisa, acho que tinha que tinha nascido em Caicó, em Rio Grande do Norte. Acho que tinha a identidade dele.

O SR. ROBERTO MONTE – Inclusive um tio dele era um dos grandes chefes políticos, digamos, do conservador de ... Para se ter uma ideia, Aluízio Alves, que era o grande líder lá do Estado, a referência na região do Seridó era Manuel Torres,

A SRA. AMELINHA TELES – Foi o tio, não é? Então, mas aí eu entrei em contato com você, eu entrei em contato com você por causa de Caicó, Rio Grande do Norte, e você pôs em contato com esse Gonzaga, esse jornalista. Esse jornalista que fez a matéria. Porque o Luiz Gonzaga, ele vai... É muito importante essa matéria porque essa matéria dá um rumo para a nossa pesquisa. Porque quem descobre que houve um acordo entre a família e o Exército foi esse Luiz Gonzaga. Que eu me lembro foi ele. Ele descobriu e colocou lá e essa matéria deu rumo.

Quando nós fomos tentar buscar essa família, parece que tinha, não se fala mais nisso, como essa família de hoje de manhã que ficou 41 anos sem falar no assunto. Essa família estava mais ou menos na mesma situação. 40 anos até agora. Isso é que eu queria saber se você conseguiu.

O SR. ROBERTO MONTE – Estava pensando em fazer uma audiência pública lá do nosso comitê em algumas cidades. E como Caicó tem dois, quer dizer, tem Hiram, você tem Gerardo e você tem Zoé. Então, a gente já fez uma pré-conversa com a Câmara Municipal. A gente vai voltar agora para fazer isso... E a gente pode retomar a história de Zoé já com esse tipo de coisa.

A SRA. AMELINHA TELES – Mas sabe que esse Gerardo... Eu um dia conversei com a Dona Egle, a mãe do Alexandre Vannucchi, disse que esse menino era relacionado com Alexandre Vannucchi. E a dona Egle disse que já tinha o visto mesmo, esse menino, e que ele tinha morrido dessa forma, mas que ninguém comentava.

Ela nunca conseguiu saber muitos detalhes porque a família parece até que se mudou ou se fechou, não falou mais.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Acabou? Primeiro eu preciso confirmar se aquele estudante de Medicina que vinha às vezes para São Paulo era ele mesmo, que ano ele estava na faculdade, ver a foto. Posso? A cor do olho não me lembro. Sei que era magro, alto. Já o vi aqui em São Paulo sim. Já tinha visto. Não sabia nem que ele havia morrido.

Bom, mas então precisamos fazer a pesquisa. Não posso dar um depoimento... A última vez que eu o vi foi quando ia estrear uma peça no Teatro São Pedro, que o Celso Frateschi estava fazendo, que era sobre Frei Caneca. Foi uma tarde, que antecedeu a estreia. Preciso ver a data da estreia dessa peça para poder falar. Mas vamos lá. Então retoma o depoimento.

O SR. ROBERTO MONTE – Veja só. Desse universo dos 164, a gente pegou sete dos quais dois não estão nem na relação. No caso de... Zoé eu acho que muita coisa saiu. E vamos ver se a gente pega essa questão de Gerardo Magela para a gente retomar lá para as bandas de Caicó para ver se a gente pode puxar...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Então, vou lhe dar... Como aqui nós somos muito assolados de trabalho, vou lhe dar uma dica no ar, falando ao microfone e gravando, nós temos que passar o contato para ele do tio do Alexandre Vannucchi, o professor Aldo Vannucchi, e talvez das irmãs, que são mais traumatizadas, praticamente não tratam desse assunto. Mas o tio, embora muito velhinho, ele é ligeiro pra caramba porque tem que ir lá à PUC, em Sorocaba, na Faculdade de Medicina, e achar o prontuário desse menino. E aí, ver com o Paulo Vannucchi, e alguém que ajude a fazer essa pesquisa para a gente fazer uma audiência específica.

Eu não me incomodaria ir para Sorocaba, mas precisa pedir uma ajuda para os familiares lá do Alexandre para achar esse menino aí.

O SR. ROBERTO MONTE – Se você levantasse esse material e depois a gente fizesse alguma coisa em Caicó seria de impacto. Mas veja só, eu estou partindo desse universo de pessoas com o detalhe que todos foram mortos fora do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Espera aí. Aí precisava ver quem estudou com ele, que está lá em Sorocaba. Ver com aquela, a antiga vereadora, a Iara Bernardi, para ela ajudar. É uma pessoa correta e séria. Tá!? O Raul, que era vereador também, o Raul Marcelo,... Tá bom. Vamos lá.

O SR. ROBERTO MONTE – Todas essas pessoas que a gente está citando aqui, digamos que todas foram assassinadas e mortas fora do Rio Grande do Norte.

Então, quando a gente vem para cá, que a gente vem atrás de material. No caso de Zoé, ele acaba sendo atípico em função de as pessoas morarem aqui. Mas vejam só: qual foi a estratégia que a gente fez para marcar todo esse tipo de coisa? Há dois anos e meio começou a montagem do nosso grupo, que a gente diz que tem o nome de comitê, mas na verdade é uma articulação que gente achou melhor primeiro levantar o material, que a gente começou a levantar esse tipo de coisa desde a época da comissão do

Governo de Erundina e da volta de Emmanuel Bezerra, que foi quando eu conheci a Amelinha e começou a trocar esse tipo de informação.

Esse grupo... A gente começou também a trabalhar de uma forma tal que a gente chegasse até duas comissão. A primeira comissão está saindo agora, dia 13, é a Comissão Municipal da Verdade da Cidade de Natal. Já está montada, toda bonitinha. E na sequência a gente quer fazer a Comissão Estadual. Pronto! Então, para fazer isso, a gente partiu de informação para que desse respaldo a este tipo de coisa. Então, a gente fez um amplo levantamento de todos os relatórios que aconteceram após 1964.

No Rio Grande do Norte, nós tivemos cerca de sete a oito relatórios. Nós tivemos aquele que a gente mostrou aqui, que é o relatório “Veras”. Então, a gente teve especificamente... Do Governador Aluízio Alves, ele contratou, em 1964, dois policiais com curso no FBI. Exatamente, os dois que assinam ali. Então, foi esse pessoal que fez o verdadeiro terror lá no Rio Grande do Norte. Então, houve uma “casadinha” entre o relatório “Veras”, que era o pessoal do Governo do Estado com os policiais. Um que era... O “Veras”, ele era o Chefe da Polícia Civil, depois vira Deputado, Presidente da Assembleia e chega a ser Vice-Governador. E o outro, o Domingues, ele era da Polícia Militar. Esse pessoal era extremamente barra pesada e eles fizeram uma triangulação porque quando fala “Veras” é o relatório de Aluízio Alves. O relatório dos IPMs, o federal, foi de um capitão de nome Capitão Lacerda. Então, eles ficavam trocando informação. Em nível federal, que era o Lacerda; em nível estadual, que era o “Veras”. Com o detalhe, que aconteceu o seguinte: como a grande expressão da esquerda lá no Rio Grande do Norte era o prefeito Djalma Maranhão, o que aconteceu: quem ficou no lugar de Djalma um almirante de nome Tercio Rebelo. Tercio Rebelo para detonar Djalma fez duas comissões. Uma comissão que era como se fosse municipal, era todo o esquema do CENIMAR, e uma outra comissão que era só para ver a situação financeira.

Se você olhar direitinho, Djalma Maranhão teve quatro IPMs, ele teve o “Veras”, o Lacerda e os dois da própria prefeitura.

Quer dizer, no momento em que a gente pegou só os relatórios, mas quando a gente teve acesso ao material do “Brasil: nunca mais” digital e dos 707 processos, 14 são lá do Rio Grande do Norte, negócio 14 mil páginas e com o detalhe: a gente sacou desde o início que o principal desses 14 era o BNM 46 porque não existia em outros Estados... Dizem que Lacerda fez alguma coisa parecida. Como não existia as

comissões estaduais, aquilo que era estadual entrou junto com o federal. Pessoal do CGI aquele negócio todo. Então, no 46 tem o relatório Lacerda, tem o relatório “Veras” e lá dentro eu descobri um outro que ninguém sabia que existia. Estou falando em termos de documento, que era um relatório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eu estou dizendo isso tudinho porque depois eu entro nas pessoas e começo a localizar onde entra cada uma dessas.

Então, a UFRN, a gente imaginava que o reitor da época tinha feito uma comissão, mas quando eu fui lá ver no BNM digital era dentro do esquema dos milicos, que fizeram mais de 600. Não era aquela comissão que a gente imaginava que podia ter sido do reitor, mas era um major com um capitão. Então, a própria comissão da universidade ficou surpresa. A gente pensava que era a comissão feita pelo então reitor, Onofre Lopes da Silva. Quando a gente viu, era uma outra figura.

Então, a gente fez esse levantamento todinho e além disso tem mais outro que acontece o seguinte: o primeiro, eu diria o seguinte, depois de 1964, quer dizer, dá o golpe, então o IPM Veras, Lacerda, o da prefeitura, esse e o próprio da universidade, todos são pós o golpe.

Agora, teve duas exceções. Em 1968, houve uma ocupação em um restaurante universitário, que foi chamado o inquérito do RU. Se não tivesse dado o golpe, aquilo não tinha dado em nada. Se você for pensar a primeira prisão de todo aquele pessoal que vem depois de 1964, todos eles, a primeira de Emmanuel Bezerra, de Juliano Siqueira, Luciano de Almeida, todo esse pessoal, eles são indiciados aí.

Então, tem um outro que a gente descobriu, que esse é muito interessante, que é, como o período da comissão é de 1946 a 1988, no Rio Grande do Norte, em 1953, teve um verdadeiro escândalo, que foi um Campo de Concentração, na Base Área de Parnamirim.

Então, para entender isso você tem que entender qual é o contexto. Em 1935, teve a Insurreição de 1935, Rio Grande do Norte, 80 e tantas horas de Insurreição e a questão da Guerra Fria. Vou dizer agora, nisso tudo, a gente levantou todos os relatórios e a gente trabalhou o seguinte: vamos criar o “RN nunca mais”. Depois que a gente criou a ideia do “RN nunca mais”...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Também foi a Base Área da Segunda Guerra Mundial?

O SR. ROBERTO MONTE – Exatamente. O trampolim da vitória. Era a maior americana fora dos Estados Unidos. Subia e descia 300 fortalezas por dia. O que que acontece nisso tudo? A gente faz o “RN nunca mais” e a partir daí a gente monta dois ABCs. O ABC dos reprimidos e o ABC dos repressores.

Para você ter uma ideia, eu já estou com cerca de, aqui, quase 400 nomes dizendo onde, qual o processo cada tem. Na sequência, a gente fez um levantamento de toda bibliografia e questão de memória oral que acho que a gente chega até uns 500 nomes.

Agora, quando a gente chega aos dois ABCs, Adriano, a gente começa a ver coisa assim muito interessante que a gente começa a criar uma linha de tempo. Vou dar para você um exemplo: em 1953, dezembro de 1953, o pano de fundo qual era? O “petróleo é nosso” e a questão do Partido Comunista na clandestinidade.

Luiz Ignácio Maranhão Filho está morando em Recife, escrevendo e denunciando isso. Ele é sequestrado e entra no maior cacete. Eu diria o seguinte: o que aconteceu em Natal, em 1953, eu só encontro alguma coisa parecida naquele livro vermelho do “Brasil: nunca mais” em termos de coisa barra pesada.

Não aconteceu em 1964, o que aconteceu em 1952, 1953. O que aconteceu nisso tudo: Luiz Ignácio Maranhão Filho, preso. Uma patrulha do exército prende Dr. Vulpiano Cavalcanti, que é um dos comunistas históricos. Quem é que prende Vulpiano Cavalcanti? Um Sargento de nome Genário Alves da Fonseca. Olha só para você ver como fica a linha do tempo das coisas. Em 1953, Genário é Sargento, sai dando “pescoção” em gente. Em 1964, ele já é o presidente da Comissão de Inquérito da UFRN. Em 1970... Não, ele era Ex-Sargento como diz o povo do exército, Ex-Sargentão, era Sargento, fez Farmácia. Então, ele já faz, quer dizer, em 18 anos ele sai de alguém que reprime, ao reitor da maior universidade do Estado.

Então, isso com o detalhe, o seguinte: pegando quem? Luiz Maranhão, que começa preso em 1953, é preso em 1964 e acaba naquela fazenda, na usina do Estado do Rio totalmente trucidado.

Então, quer dizer, a gente começa a sentir que tem toda uma conexão entre quem reprimiu e foi reprimido. Existiu um torturador que era muito, na verdade era subcomandante da Base Área de Natal, Roberto, qual é o seu nome? Aquele que matou o comandante da Base Área de Canoas, que deu... Esse cara que.... Foi o... Ele quem deu a metralhada. Ele era o Vice-Comandante e aquela mesma história que... Lembra aquela história que tentaram derrubar o avião de Jango? É o mesmo cabra. Então, quer, dizer, a gente começa a sentir, e olha que estou falando de um Estado pequeno, começa a ver quem reprime, quem é reprimido está na mesma linha do tempo.

Então, no meio disso tudo, a gente começou a sacar esse negócio do nosso ABC. Ele... Porque na verdade está falando de 11 casos que são mais barra pesada, morte e tal, mas a gente tem um outro universo tão importante quanto que é o universo que a gente vai ter de 300 a 500 pessoas e que eram as lideranças se você for pegar a história dessas 300 pessoas eram as pessoas que participam de todos os movimentos, ganhavam tudo. Então, os perdedores eram os que estão ocupando todos aqueles espaços que se tinham anteriormente. E com detalhe, quando você chega nesses próprios IPMs estão todos eles ali entregando todo mundo.

Então, ficou assim um lance bem legal que a gente está partindo dessa visão mais sistêmica de saber que tem 11, que é a expressão do... Roberto Hipólito da Costa. Esse cara você sabia...? Então, eu fui procurar o Roberto... Esse cara é um assassino e daquele que vibra. E a gente descobriu que ele é nome de escola aqui em Campinas.

Essa galera de 1952, 1953 que “botou pra quebrar”, eles são o nome do terminal... Morreu de câncer esse filho da mãe. É. O que que acontece. Quando a gente foi olhar os nomes daqueles que estavam envolvidos, tipo assim, o Bravo Câmara, ele começou a torturar em 1952, 1953. Depois que ele foi fazer a escola lá dos gringos.

Então, a gente vê que quem foi reprimido e quem foi repressor, nessa linha do tempo que a gente está partindo desses relatórios, há uma certa lógica de quem bateu e de quem dançou. E com detalhe, a gente começa com, além dos que foram mortos, coisas assim mais dramáticas, você também tem toda aquela geração que fazia política e

que todo mundo foi preso. Quer dizer, a gente está trabalhando com esse universo, que talvez seja de 11, que morrem e a grande maioria fora e, tipo assim, o negócio pegava... Anatália foi morar em Recife, Síltton foi para o Rio e... Agora, tem também aquele 300 a 500 que a gente estava fechando, que esses também... É um pouco neste universo que eu diria que estão hoje, esses nomes que a gente está falando aqui.

Então, no caso específico de Edson Neves Quaresma. Então, se você pegar a história de Edson Neves Quaresma é um pouco a história daquela turma dos marinheiros.

Eu me lembro que quando a gente fez a volta de José Manuel da Silva, lá em Toritama, que já foi um pouco do know-how que a gente fez em volta de Emmanuel Bezerra é um... Rapaz, naquela época, a grande maioria dos marinheiros, porque eram nordestinos, porque era a forma... Da mesma forma que o “Manu”, o irmão mais velho de Zoé entrou, era forma que tinha que, eu acho que era menos disputado o esquema da Marinha. Se você olhar direitinho, a grande maioria dessa galera da Associação de Marinheiros era tudo nordestino. O próprio Anselmo é alagoano. Pronto.

Então, é um pouco essa lógica. Então, a vinda do Edson Neves Quaresma é um pouco isso, quer dizer, quase que uma... É outra forma de você sair fugindo da seca. Alguém falou hoje acho que fugiu duas vezes da seca. No caso de Luiz Ignácio Maranhão Filho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT O cara que não fugia pra Igreja, fugia pra se alistar...

O SR. ROBERTO MONTE – Exatamente. Era padre ou Partido Comunista. Quem formava os quadros. No caso específico... Na verdade, a ideia de Edson Neves Quaresma, Amelinha, a gente tem muito mais história dele de quando ele era bem mais novo. E tem um músico de lá do Rio de Janeiro que fez uma música sobre Edson Quaresma, chamada “Me canto”. Esse cabra cantava lá com o João Nogueira. Ele foi lá conversar com Edson Quaresma e Edson... Quem era Edson Quaresma? A ideia que tenho de Edson Quaresma é um cabra vivo, um cara ladino, um cara que vive fazendo conexão de Marighella com Lamarca não pode ser um imbecil. Tem que ser um cara muito vivo. E ele começou a vida dele vendendo peixe, lá na Feira do Alecrim. E esse cara foi lá conversar... Então, as histórias que a gente tem de Edson Quaresma são muito

mais ou ligadas à galera dos marinheiros ou por aqui. Porque por lá a gente não tem muito... Quer dizer, a gente conseguiu localizar Dona Geralda, que é a irmã dele, tal... E como é que apareceu? Tanto que você olhar direitinho as primeiras versões daquele livro de vocês é “Edson Quaresma” é tido como fosse gaúcho. Aí um dia um vereador lá de Natal chegou à casa, que Dona Geralda era eleitora dele, e disse “Quem é esse aqui?”, “Esse aqui é meu irmão que nunca...”. Então, o cara nos procurou, descobriu que Edson Quaresma era marinheiro e era de Itaú, do interior do Estado e era norteriograndense. Quer dizer, são essas coisas meio malucas que a coisa vai rolando.

O caso de Luiz Maranhão. Luiz Maranhão, na verdade, era um dos grandes quadros. Maranhão era a pessoa que fazia a conexão entre... Se você pegar daquela Civilização Brasileira, naquela que não é só de Roger Garaudy, mas ele fala também da conexão entre o partidão e da Igreja católica era exatamente... Luiz Maranhão. E Luiz Maranhão era um dos caras que era cotado para suceder Luiz Carlos Prestes. E Luiz... Luiz Maranhão realmente é tido, inclusive a Comissão Municipal da Verdade chama-se Luiz Ignácio Maranhão Filho. É Luiz Maranhão é, digamos, é aquele cabra que parece meio Che Guevara, sem a parte de Che barra pesada, era o cara que conversava com todo mundo, tal... O que que acontece: Luiz Maranhão ele fez, ele fez, uma grande conexão, imagina um Dalmo Dallari ligado à Congregação Mariana. Esse era um cabra lá em Natal chamado professor Ulisses de Góis. Ulisses de Góis era a grande liderança que não foi ligado à turma da direita - camisa verde, mas era o cara muito considerado e que ele... Quer dizer, existe um livro chamado “A grande aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho”, feita por Conceição Góes, que é a mulher daquele, o cabra que foi o grande idealizador da campanha de *(Ininteligível)* que chama Moacyr de Góes. Então, Luiz Maranhão já era esse cara que fazia essas armações. Quer dizer, Ulisses de Góis, que era tido como carola da igreja, fez nas Rocas, um sindicato e fez cooperativa para o Partido Comunista. Quer dizer, e isso era já no final dos anos 1950 com os anos 1960.

Então, Luiz Maranhão tem a ver tudo com esta questão de Parnamirim. O livro dá para gente, deu um azar danado. Eu joguei todas as fichas, conversando com Gilney, esses livros aqui praticamente todos já estão feitos. Agora, a gente não está conseguindo fazer. Se não for, vai ser em PDF mesmo. Agora o que acontece é... Luiz Maranhão tinha esse grande lance. Quer dizer, quando a gente fala de Luiz Maranhão é como se estivesse falando de um “santo à esquerda”, sacou? Que ninguém fala de Luiz Maranhão assim como não fosse um cara que era uma grande figura, etc, etc. E ele era o

irmão de Djalma e a mãe dele, Dona Salomé, era a parteira da cidade. Quer dizer, uma figura e casou com Dona Odette. Dona Odette Maranhão era, digamos, uma figura já na faixa dos 30 anos, médica, e que se apaixonaram.

Inclusive a gente fez agora, está para lançar um livro, Dona Odette já morreu há uns 10 anos, mas uns 15 anos atrás nós fizemos uma gravação com Dona Odette, que é muito interessante. Alguns anos atrás tinha um cantor de nome Tico da Costa. E Tico... A gente teve a ideia de fazer um cd de músicas chamado "Ciranda de todas as paixões". Então, a gente ia pegar 13 personagens da história do Rio Grande do Norte, dos quais um era vivo, que era Vicentinho, que era da cidade de Acari. E foi pegando de um em um. E a gente pegou exatamente Luiz Maranhão, sim, e começou a aprender a se politizar como senhor Expedito nas comunidades de base. E o que que acontece.

O que eu estava dizendo aqui? Ah, sim, saímos entrevistando esse povo todinho porque eu sempre fui muito impressionando porque a minha avó, eu sempre gostei de falar com gente velha. A minha avó falava muito como era bonita a relação de Luiz com Dona Odette porque eles... Ali sempre era como se fosse a última vez e eu fiquei sempre muito cismado com aquilo ali e falei "Um dia eu vou gravar isso" e gravei. E quando terminou, Dona Odette ficou...achou ótimo. "Ô, meu filho, foi a melhor forma de que eu falei de Luiz". Ela começou a falar como começou a namorar o Luiz. Eu acho que eu tenho até o áudio aí. Então, ela começou... Quer dizer, na verdade, estou pegando muito mais o Luiz porque todo mundo fica nessa, todo mundo acaba virando super-homem, tudo mundo não tem erro nenhum. Parece que militante deixa de ser até humano. Então, acho que a gente pegou este lado assim do homem Luiz Ignácio Maranhão Filho que é uma figura extremamente considerada.

Agora, lá em São Paulo também, a gente também está querendo pegar material sobre o Luiz, em relação à usina. Porque apareceu uma história interessante, que os sem-terra fizeram uma ocupação lá e nome da ocupação é "Luiz Ignácio Maranhão Filho", que eu achei assim muito legal e muito sintomático, e com outro detalhe: o desaparecimento de Luiz tem muito a ver com o de Hiram Pereira porque os dois eram do Comitê Central. Se você for pegar direitinho, eu assisti aquela Audiência Pública que vocês fizeram sobre Hiram e..., a mesma, o mesmo jeitão das coisas. É... Deixa eu ver mais. Edson, Luiz, Hiram, Gerardo Magela, que acho que talvez a gente possa jogar. Quer dizer, na verdade, eu estou aqui muito mais para captar informação do que... As

informações estão aqui, mas no caso específico de Gerardo, se a gente juntar esses Vannucchi lá do interior com esse povo de lá talvez a gente possa levantar algum tipo de material. O caso específico de Lígia Salgado, a gente trouxe muito material que eu acho que... Estou raciocinando o termo do “RN nunca mais”, mas que está bem completinho.

Agora deixa ver mais agora o que eu posso dizer. Em termos gerais, eu acho que essa vinda minha aqui vai ser interessante no seguinte aspecto: eu acho que de tudo que a gente vai levantar, acho que a questão do feitiço da Comissão Municipal que vai ser agora, dia 13, está sendo lançado e a gente teve assim... Lá em Natal. Então, a gente começou, passou praticamente um ano. Agora eu posso falar porque a gente tinha que ir com muito jeito. Porque veja só, se você pegar aqui “Coleção Repressão no RN”. E o que que eu digo: “Quais são as novidades? As novidades são esses relatórios velhos, Aluizio foi eleito e tal...” Porque o Prefeito é sobrinho de Aluizio Alves. Então, a gente tinha que ir com muito jeito para não espantar.

Então, a segunda coisa, o pai do Prefeito, dizem que tocou fogo na "Campanha De Pé no Chão", quer dizer, isso tudinho que eu vou dizer. A "Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", alguns tocaram fogo, dizem que o pai do atual Prefeito, que tem fama de tocar fogo nas coisas, está envolvido e isso tudinho que estou lhe dizendo vai ser um grande agito, mas como a Comissão já está feita, então tranquilo.

Então, eu acho que a gente conseguiu fazer a Comissão, com um detalhe: a gente fez o negócio todo bonitinho, com toda a paciência do mundo, o ano passado, primeiro turno, segundo turno, carta, assina, aquele negócio todo, e eu acho que a gente conseguiu fazer uma Comissão legal.

De sete, de sete membros, a gente conseguiu cinco do nosso lado, do nosso campo, porque... Não. E ficou uma Comissão legal, quer dizer, uma comissão dessas bem, digo assim, sem ser muito açodada, mas quem ficou: Horácio Paiva, que é o fundador do Movimento Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, que vem da Comissão (*ininteligível*), o Vicente “botou” aquela Secretária da Comissão da Anistia, do nosso grupo a gente não “botou” nem eu e nem ninguém, “botou” dois pesquisadores que é quem vai dar a linha toda. E acabou entrando no caso do PC do B. O próprio prefeito “botou” duas figuras interessantes. Uma delas inclusive, amiga de Luiz Maranhão. Sabe aqueles amigos que só ganham dinheiro e ficam falando bem? Mas de

qualquer maneira é amigo, diz-se amigo. E um outro é, um dos braços fortes do Djalma, era um cabra chamado Roberto Furtado, que foi inclusive o advogado dele. Os dois, já estão na faixa dos 80, entraram numa certa simbologia, e a gente também... Assim que ficou uma Comissão legal.

Uma outra coisa que nós ajudou muito neste tipo de reflexão é que, negócio de 10 anos atrás nós conseguimos um acervo muito interessante que é o acervo da Dra. Mércia Albuquerque. O material de Mércia realmente é muito, muito legal. E aconteceu da seguinte forma: você sabe que santo de caso não faz milagre, não é? Meu irmão, que foi morar em Recife, ficou muito amigo de Mércia, trabalhou com Mércia e Mércia nunca tinha sido homenageada em Recife. Aquele mulher, ela é, é uma pessoa que tem 500 sentenças, não é qualquer pessoa. Uma pessoa que diz assim, olha só para vocês entenderem quem é Mércia Albuquerque, “Gregório Bezerra torturado por Villocq no meio da rua...” No cacete ela desce a partir daí. “Agora vou defender esse povo”, chega para o marido: “Otávio, nego véio, o negócio é o seguinte: a partir de agora eu vou defender esse povo. Você vai ficar comigo?” Sabe qual foi o acordo? Ele segurava a onda e a partir daí ela... É uma coisa muito impressionante esse negócio de Mércia.

Agora, Mércia, inclusive, é uma pessoa muito pouco, eu acho que, valorizada em Pernambuco porque tudo fala de tudo mundo, mas você fala muito pouco de Mércia e não é à toa também que esse material veio com a gente porque a própria família também é meio sentida porque nunca deram o apoio, e têm outras coisitas aí no meio, mas de qualquer maneira o que acontece: esse material de Mércia também nos ajudou muito. Para você ter uma ideia: nesse material de Mércia tem 600 cartas, 600 cartas, e – Adriano – aparecem umas histórias que você pensa que é brincadeira. Tipo assim, você deve conhecer, 600 e poucas cartas manuscritas. Tipo assim, tem uma lá que dá filme, tipo: Mércia recebe o..., posso até ler que está aqui, Mércia recebe um bilhete e uma galera de AP é presa. Então, ela pega uma pessoa ligada a ela, de nome Eponina e Eponina, na hora que Dom Helder vai entregar a hóstia, entrega o bilhete ao Dom Helder. Muito interessante. Uma outra carta, muito legal, que isso é uma questão da vida partida, um negócio muito barra pesada. É que a mulher de James Cavallaro, Nadejda, eu só foi descobrir isso esse ano. Nadejda é filha de Jarbas Pereira Marques, um dos cabras que foram mortos na Granja de São Bento. E o que que acontece, eu pensava que Nadejda era mineira, mas na verdade Nadejda é pernambucana. De lá, ela

foi para o Chile, do Chile ela foi para Cuba, voltou para Minas que a mãe casou com um mineiro.

Com detalhe, eu soube que quem fez o conhecimento dos dois foi Amparo (Risos). Então, Nadejda casa com.... Então, ela fica extremamente surpresa, que eu mandei dois documentos para Nadejda, que ela ficou de bobeira mesmo, que foi: o primeiro é uma carta, olha só, eu me lembrei demais, cara, do momento que estava falando aqui do momento em que Zoé pega a notícia de que vão pegá-lo, me lembrei demais da carta porque o que que acontece: Fleury chega, em Recife e diz assim: Fleury está aqui. Nadejda com um um ano de idade, tem uma reunião na casa de Mércia para decidir o futuro, se foge, se não fica, se Mércia cria, é uma coisa extremamente... É muito barra pesada.

E uma outra coisa que a gente passou para Nadejda, você sabe que guardado dessa época é muito difícil, o pessoal tacava fogo em tudo, é o que, é que Nadejda – ela não conhecia a letra do pai, tinha um bilhete de Jarbas para Mércia, no qual ela acaba de vir, o advogado ouve, um negócio assim bem interessante.

Mas veja só, então, em termos gerais, então a gente está partindo, Adriano, quer dizer, tudo bem que a gente gosta muito do Rio Grande do Norte, e tal, mas está tentando em função do material de Mércia, a gente está tentando ter uma dimensão, pelo menos regional. Talvez a parte nacional, que nos interessa, seja mais esta parte relacionada, não só às questões dos mortos e desaparecidos políticos. Vou dar para você um exemplo: Dorian Jorge Freire, Dermi Azevedo, esse povo tudinho do Rio Grande do Norte e teve processos fora daqui. Então, vai... Agora a gente também tem interesse, ter uma relação com os estados nordestinos, principalmente, eu diria até Pernambuco. Pernambuco hoje não tem mais essa dimensão que tinha antes. Antigamente, quando a gente queria fazer coisa em Natal, você tinha escada rolante... Mulher ia casar, ia fazer o vestido em Recife. Então, Recife era realmente um grande centro regional. Se você olhar direitinho, a grande maioria, não é à toa que Emmanuel, ele morreu aqui, mas a militância dele era no Nordeste e no Recife. Tanto as grandes lideranças estudantis e as pessoas que entraram na questão da luta armada, na resistência, na clandestinidade, nenhum ficou em Natal. Muitos vieram pra cá... Mas estamos falando de quem morreu, mas muitos que sobreviveram ficaram nisso tudo. Então, é mais ou menos isso o que dá, esse material de Mércia nos ajuda a trabalhar um pouco esse tipo de coisa porque eu

como já trabalho há muitos anos nessa questão de Educação e Direitos Humanos, a gente está tentando chegar nas escolas.

Não sei se é utopia, mas tem que fazer desse jeito porque senão... A gente fez esse panfletinho aqui, a gente fez 40 mil panfletos. Na verdade, a gente conseguiu 20 resmas e o cara imprimiu para a gente de graça. Então, estamos levando para as escolas. E a outra coisa que também nos ajuda muito é essa questão de divulgar no esquema da internet. Não é grande coisa, mas tudo o que a gente faz, falou, “botou”, é a forma que a gente tem para fazer.

Então, em termos gerais, eu diria o seguinte: a gente talvez, a gente não vai ter tantas novidades bombásticas, assim de ficar..., em relação aos outros nomes, mas eu acho que pelo menos da semana passada pra cá, eu estou me sentindo muito animado. Eu acho que o ponto central é a questão do Zoé. Quer dizer, em relação ao Rio de Janeiro, a gente pegou o material de Lígia. Quer dizer, a gente tem relação a Luiz Maranhão. É claro que aqui vocês vão ter alguma coisa, que ele também circulava por aqui, mas em relação à Comissão da Verdade para pegar esse lance de Luiz Maranhão porque é ainda aquela coisa...

Você vai acreditar 100% no safado como o Cláudio Guerra, claro que não pode... Se bem que eu sei como é que Cláudio Guerra falou, eu sei que Perly é um homem sério, mas ele também faz a edição dele, quer dizer. É o anjo da morte que não tortura ninguém é um negócio meio escrito. Mas não deixa de ter novidade. Quer dizer, de Marival pra cá o que que a gente tinha de Luiz? Só tínhamos escritos de Heloneida, que acho que... O livro de Heloneida é bom, mas o de Conceição Góes é bem melhor. Se bem que aquela introdução do livro de Heloneida é uma coisa muito linda, que é Luiz recebe.... – é poesia pura – Ele vai para casa de um amigo, é aniversário dele e naquele dia ele recebe todos aqueles ingredientes: carne de sol, etc, e eles fazem um almoço, e eles comemoram em função, ele faz uma espécie de, ele homenageia a própria Odette. Entende? Rapaz, eu diria o seguinte para vocês terem uma dimensão do que é Luiz Maranhão no Rio Grande do Norte. Ele é um negócio meio assim, sabe aqueles amores ou de filme ou de Romeu e Julieta? No seu devido, é claro que é uma coisa madura, mas realmente Luiz Maranhão eu diria, é talvez o grande nome. Sabe? Se a gente puder levantar sobre o Luiz acho que é realmente uma figura muito interessante.

Então, quer dizer, em termos gerais, eu tenho consciência – digamos – que muito do que a gente está fazendo, Amelinha. Eu acho que o início desse levantamento a gente fez com teu grupo. A gente praticamente faz arqueologia. Quer dizer, o que era Zoé, Zoé, nós só tínhamos aquele retrato de Zoé. Depois aparece Zoé na penitenciária. E depois o próprio Edgar, no dia em a gente vai para São João do Sabugi, ele pega três retratinhos que ele tinha, o irmão não tinha. Então, a gente pegou um retrato de Zoé meses antes de morrer.

Então, eu acho que também isso é uma espécie de retroalimentação, que você alimenta... Inclusive, eu faço isso um pouco. Quando eu quero pegar um assunto, eu guardo aquele material e fico soltando. É invariável. Ou aparece, aparece um parente, aparece alguém que teve algum tipo de convivência. Quer dizer, uma coisa relativamente simples.

Aquele material do Arquivo Público aqui de São Paulo, que tem aquelas fichas, eu já “botei” aquelas fichas dentro das páginas, eu fico “botando” a conta gota no Facebook. Meu amigo, aquilo dá um samba. Quer dizer, essa Audiência aqui não aconteceria se não tivesse esse negócio. É guerrilha digital mesmo, não sei se é miúda, mas pelo menos nesse aspecto funcionou.

Então, quer dizer, eu acho que em termos gerais é um pouco isso. Quer dizer, a gente está... Tem que ser sistemático, tem que sair filtrando, eu acho que também é um pouco aquele negócio do cara que pega ouro e você tem que pegar 10 toneladas para tirar uma grana.

Agora tem um material, Adriano, que acho que é legal, não só para vocês terem, mas também para divulgar e soltar. Eu recebi na semana passada o BNM digital, aquelas 900 mil páginas, na verdade 850 mil...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Acho que a gente, acho que a gente deveria por no site da Comissão, um subtítulo, uma gaveta, para qualquer pessoa que acessasse o site da Comissão tivesse acesso ao “Brasil: nunca mais digital”

O SR. ROBERTO MONTE – Mas tem, tem. Existe a página.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Da Comissão, não.

O SR. ROBERTO MONTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu acho, por exemplo, todos esses memoriais deviam estar no site da Comissão. Tem Audiência, que o cara já clica e já lê o memorial, mas vamos tentar para o próximo...

O SR. ROBERTO MONTE – Agora, a única coisa que eu acho, é o seguinte. Na verdade, chega a ser meio louco você ter acessar...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Todas as notícias que você... aqueles fragmentos, fotos, tudo o que você posta, o Brasil inteiro reproduz. É impressionante.

O SR. ROBERTO MONTE – Agora, na verdade, você acessar uma página que tem 900 mil informações, quer dizer, é uma coisa louca.

Agora, isso em termos operacionais é uma coisa meio complicada. Você vai ter que baixar, de um em um, vai ter que transformar em PDF, e depois ter que abrir uma página. Por isso acho que para quem quer fazer a pesquisa é melhor você ter o material que Marcelo fez, você entra e dentro da Comissão tendo um HD de dois tera, você não ficar naquela loucura que o cara... Vou dar para você um 46 que eu me especializei.

O 46, são 5 mil e tantas páginas, cara. Então, eu fiz um espelho, abri de um em um, rapaz. Na verdade, eu acho que você tem aí a possibilidade de fazer uma grande linha do tempo.

Se você contar a linha do tempo do próprio processo. Você tem telegrama, cabograma, você tem, você tem isso, rapaz é de uma..., quinhentas coisas. Você ficar baixando aquilo ali, on-line, eu acho que é muito neurótico.

Você ficar assim sem saber... O que que acontece lá? Você tem 5.400 páginas sequenciadas, não tem lógica. Não tem sumário. Então, se o processo é deste tamanho o cara vai um atrás do outro. Você vai ter que baixar de um e um, renomear e abrir uma página: é complicado. Agora se você já tem esse material já facilita porque você já vai comprimindo.

Então, o que a gente está fazendo lá, como eu estou muito preso às coisas locais, eu estou...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você vai postar essa Audiência de hoje?

O SR. ROBERTO MONTE – Sim, eu já “boto” e já está lá.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não, mas até os detalhes...?

O SR. ROBERTO MONTE – Sim, claro. Na verdade, eu estou... Eu já disse para o povo lá. Pelo menos a minha mulher está assistindo. Eu não sei se o resto do povo está assistindo... (Risos)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Fez contato na....

O SR. ROBERTO MONTE – No Facebook.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – E está entrando direito a imagem e tudo...

O SR. ROBERTO MONTE – Eu quero vê se vai. Eu sei que lá em casa o povo está. Não sei o resto. (Risos) Então, quer dizer, eu acho que é um pouco disso. Quer dizer, em termos gerais, a gente fez um encontro regional do Nordeste e a gente está distribuindo esse HD, da Bahia ao Maranhão.

Agora, não é tão simples porque para você tirar cópia são dois dias. Um HD de dois tera, você comprando no barato, está de 550 a 600. Então, faz uma festinha, um negócio... Eu acho que é interessante, digamos, para quem tem animação e a gente não tem tempo, cara. Eu imagino vocês, trabalhar com esse universo de 164. Isso é uma loucura! Agora, eu acho o que pode ajudar muito, viu Adriano, o que a gente está fazendo, a gente só tem 14 processos de inquérito lá. A gente pega material PCR, eu passo todinho para Cajá, Cajá passa para o povo lá, pessoal do PCBR, pessoal do partidão, está entendendo? A gente está tentando de alguma maneira terceirizar isso com as pessoas que vivenciaram este tipo de coisa.

Eu acho que é um pouco isso, não é? Fico muito animado de vir aqui porque na verdade eu estou vindo para dar seguimento a algumas doideiras no sentido do que a gente já fez, né Amelinha?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Roberto, nós vamos tentar. Que dia a Conceição Oliveira vem aqui? Então, aquela moça coordenadora do blog Maria Frô, e um outro rapaz, do Rio de Janeiro, faz Comissão da Verdade, que é blogueiro lá. E eles vão tentar fazer uma cadeia nacional de blogueiros para cobrir a Comissão da Verdade. Que dia é? Dia 19, que horas? Às 17 horas. Eu vou lhe por on-line na reunião, nós vamos juntar um povo da Comissão, a Conceição, tem um outro rapaz do Rio. Você está com o meu *tablet* aí? Empresta um minutinho só...

(Pausa)

O blog Maria Frô, nós vamos tentar trazer o Azenha para isso. Conceição Oliveira. Vê os dados dela aqui e ela vai trazer o rapaz lá do Rio. Porque ela falou o seguinte: mesmo a gente pondo o anúncio, as pessoas não acessam a TV Assembleia aqui. É uma corrida de obstáculos. Renan. O Renan do Rio de Janeiro. Ele vai vir com ela aqui para a gente fazer uma cadeia nacional. Quero ver se potencializa as imagens, as audiências, faz um post legal. Ela tem me ajudado. Ela fez um anúncio, da vinda do Vitovski aqui. Ela me ajudou. Deu 60 mil acessos em dois dias. Ela é muito organizada. Vai ter um negócio na São Francisco. Olha, esse negócio da São Francisco hoje à noite, ela postou, deu 6.700 acessos. Então, eles não se conformam que a gente faz audiências tão impressionantes e a audiência é baixa, tem pouca repercussão. Então eles vão tentar fazer uma cadeia nacional de blogueiros para dar um impulso na Comissão do segundo semestre. Essa aqui do Horácio, ela põe no Maria Frô e põe nacional. Disseram que também iam trabalhar as nossas imagens...

O SR. ROBERTO MONTE – Mas sabe um negócio que a gente poderia dar uma trabalhada com ela? A gente pegasse assim... o que foi que a gente fez em relação às cartas?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É em dois dias ela colocou o Horácio Verbitsky e deu 60 mil acessos. Então, nós estamos tentando fazer o negócio girar pelo menos neste segundo semestre, até maio antes de começar as eleições e a Copa do Mundo.

O SR. ROBERTO MONTE – Mas sabe o que a gente poderia fazer, Adriano, alguma coisa assim para... Porque também veja só a gente trabalha com muita miséria. Vai ter que trabalhar com um pouquinho de utopia, pelo menos nos lances das vidas partidas. Eu vou dar para você só um exemplo para você ver como... Assim... Esse levantamento que a gente faz, tem que fazer, mas se a gente – digamos – pegasse essa galera aqui para também levantar outras coisas.... Vou dar para você... Olha só esse lance que eu vou lhe mostrar aqui. Aquela carta que lhe falei de Mércia para Dom Helder. Olha só que carta impressionante.

Depois, quer dizer, que ela recebeu um bilhete, dizendo que a galera de AP tinha sido... Então, ela deu para Eponina entregar o bilhete para Dom Helder. Então, Eponina foi à casa dela, deixou o seguinte bilhete, olha que coisa impressionante: “Mércia, entreguei a Dom Helder o seu bilhete na hora da comunhão, com a relação dos meninos de AP que foram presos. Estou doente do medo que tive de ser presa. Não li, esperei porque a sua casa é uma loucura. Gente chorando, gente comendo, não sei como o seu marido aguenta. Um abraço, de sua amiga Maria Eponina Coutinho.”

Quer dizer, eu acho que o interessante é você ver na hora da coisa dramática, a condição humana. Quer dizer, a gente só trabalha, a gente só vê essa canalha do outro lado, só fica esculhambando. A gente não pega, digamos, dentro desses momentos de limite, de fratura exposta, você pegava a condição humana na sua mais, mais... A coisa digamos da resistência enquanto essa questão do humanismo. Eu gosto muito de trabalhar, talvez eu tenha a meu favor seja a questão da idade.

Eu estou com 58, como eu não fui de partido nenhum das antigas, eu não tenho esse negócio de quando fala um, eu já lhe detono porque você é facção ou outra.

Talvez isso seja um dado para mim que eu não tenha esse problema de... Inclusive, eu não tenho ninguém da minha família que foi preso. Eu mesmo fico..., pô, como é que eu vou passar 30 anos mexendo com um negócio desse. Eu até estou fechando um ciclo. Mas eu acho que é um pouco isso. Acho que você tem que trabalhar dentro dessa questão, dessa resistência, eu acho que é a questão do ser humano. Do que o ser humano tem de mais interessante, a questão da solidariedade, da questão do que o ser humano tem de bom.

Porque o que a gente só fala parece que tudo na vida não presta. O que a gente vê é onde a gente vai; para muitos lugares há muita gente legal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Muito bom. Então, cumprimos mais um ano, Thaís, falta pouco. Não. É que a gente está fechando o ano. Vamos tentar fechar o 13 de dezembro com os 45 anos do AI 5 e aí a gente entra em recesso. Muito obrigado, Roberto, por você ter vindo e lá. Que horas é o seu voo?

O SR. ROBERTO MONTE – Rapaz, umas sete horas.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – É. Então, eu também tenho que ir porque eu já vou para uma outra atividade e só tenho agradecer. O que você precisar...

O SR. ROBERTO MONTE – O que precisar. Porque na verdade é o seguinte a gente fez uma espécie de uma articulação do Nordeste que o companheiro Cajá... Então, acho que ele pode fazer essa frente ampla. Eu vou voltar a dizer para Cajá para saber como é que a gente...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Sabe que sexta-feira, aqui, às 11 e meia, vem um ator, o Dinho, da Companhia de Tijolo, para gravar o Jeremias. Jeremias, aquele menino que trotskista, que morreu assassinato dentro de uma usina de cana, lá em Pernambuco. Nós vamos fazer a vídeo-biografia dele e nós conseguimos um ator bem parecido com ele, bem jovem, como ele era jovem na época, e o Felipe Galindo fez o texto sobre a vida dele, e o Juca Kfoury grava do primo dele, Norberto Nehring, e depois esse menino Dinho vem gravar do Jeremias que morreu, que era daqui de Mogi das Cruzes, mas foi assassinado pelos usineiros lá em Pernambuco. Nós vamos gravar a vídeo-biografia dele.

Bom, então, muito obrigado por tudo. Pessoal ainda fica mais um pouquinho; eu já estou indo embora. Bom, a sessão está encerrada. Muito obrigado.

* * *

